

Notas sobre a POLOP e Eric Sachs

LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA*

Introdução

Jamais pensei e não pretendo escrever memórias, apesar da insistência de inúmeros amigos para que eu o faça, dado haver vivenciado e sofrido a ascensão e a queda do governo do presidente João Goulart, bem como participado de muitos acontecimentos políticos, na segunda metade do século XX. O que sei e testemunhei já registrei, mas sempre confirmando com documentos, em diversos livros, sobretudo em **O Governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil - 1961-1964**, *best-seller* quando lançado em 1977, ao tempo da ditadura, e cuja 8a. revista e ampliada, a mais completa, foi publicada pela Editora UNESP, em 2010.

Quem assistiu ou participou de acontecimentos pode haver presenciado e dar informações que o historiador ou cientista político não encontrará em qualquer documento, conquanto, freqüentemente, as pessoas julguem que o que viram ou sabem é toda a verdade. E não é. A verdade é multidimensional. É necessário considerar que ninguém pode ter conhecimento exato e absoluto de qualquer fato, acontecimentos ou situação. Seu conhecimento imediato é sempre relativo ao ângulo do qual viu o acontecimento, à posição que ocupava, ao momento em que participou e ao papel que exerceu ou desempenhou. Contém, portanto, parte de verdade, mas também parte de erro ou mesmo de fantasia, confusão e mentira.

O conhecimento completo, ou quase completo, de um acontecimento histórico só pode acerrar-se da verdade, tanto quanto possível, mediante uma série de conhecimentos relativos. A memória não constitui a gravação exata de algo que ocorreu, de um acontecimento que vimos ou

no qual atuamos. Não é uma fotografia. Não é estática. A memória sempre se reconstrói e se recompõe, apaga alguns aspectos do acontecimento, deforma ou acrescenta outros que, às vezes, se sobrepõem e se confundem, e daí que, como historiador e cientista político, para reconstituir os acontecimentos, sempre tratei de ouvir a todos, cruzar e confrontar todas as informações, de modo a confirmar e ajustar os fatos ao que foi e é plausível, e assim acrescentar e/ou corrigir algumas informações e outras aprofundar.

Também não pretendo, absolutamente, escrever a história da POLOP. A POLOP, para mim, é apenas passado. Nasceu de uma conjuntura e desapareceu em outra. As táticas e a estratégia, que defendeu, há muito tempo não mais correspondem às condições econômicas, sociais e políticas do Brasil, da América Latina e do mundo, no século XXI. E sempre entendi que quem afirma que é o mesmo e pensa como era e pensava na juventude, este alguém se tornou obsoleto, arcaico. Envelheceu. Sentir-se o mesmo, ser e pensar, ou agir, como na juventude, não significa coerência. Coerência é evoluir com as mutações da vida e da história, desenvolver e ampliar o conhecimento, compreender e estar apto reagir de acordo com as circunstâncias, em processo de ininterrupta transformação. “Nós entramos e não entramos no mesmo rio, nós somos e não somos” - ensinou Heráclito (“*ποταμοῖσι τοῖσιν αὐτοῖσιν ἐμβαίνουσιν ἕτερα καὶ ἕτερα ὕδατα ἐπιρρεῖ*” – Fragmento B 12, A 49 e 91). Esta, a essência das leis da dialética.

Decerto temos de conhecer a história, em todas as múltiplas dimensões, em que ela se desenvolve e evolui, e aprender seus ensinamentos. Karl Marx, há cerca de 150

anos passados, mostrou as leis do capitalismo, a prever a crise que se abateu sobre a economia mundial, no começo do XXI. Ele e Friedrich Engels, outrossim, escreveram a história do presente, do tempo em que viveram. Os princípios de sua análise econômica e seu método gnoseológico continuam válidos. Porém, se os acontecimentos de outras épocas não podem ser julgados segundo valores e critérios do presente, não se pode também aplicar, integralmente, teorias e conceitos elaborados em épocas passadas para analisar e estudar o que ocorre na atualidade. As palavras estabilizam o conceito, mas a realidade, expressa pelo conceito, é mutante, evolui, transforma-se, quantitativa e qualitativamente, nega-se, ao mesmo tempo em que se conserva, a gerar nova realidade.

O capitalismo ainda sobrevive, mas as relações econômicas e sociais não se mantiveram iguais. Modificaram-se com progresso científico e tecnológico. O desenvolvimento dos meios de comunicação e das ferramentas eletrônicas impulsionou ainda mais o processo de internacionalização/globalização da economia e profunda mutação ocorreu na estrutura social e política das potências industriais e no caráter da própria burguesia, com a expansão das S.A. e dos CEO (*Chiefs Executive Office*), e também da classe operária, a qual, na realidade, não mais corresponde à classe operária que algumas tendências políticas de esquerda, abstrata e teoricamente, ainda concebem. Com efeito, na Europa, Estados Unidos e até na América Latina, as características das classes sociais, bem como as idéias, partidos e instituições sofreram transformações, quantitativas e qualitativas, e tornaram-se diferentes das que outrora existiram. E, se bem que continuem e se acentuem, as contradições econômicas, as lutas de classes e os conflitos políticos assumiram formas distintas, também diferentes das que se produziram no século XIX, no começo ou mesmo nas últimas décadas do século XX.

Após a Segunda Grande Guerra, o pacto social-democrático, que visava a afastar da Europa a ameaça da revolução comunista, as grandes corporações dos Estados Unidos e das potências capitalistas, buscando fatores mais baratos de produção, trataram de transferir mais e mais seus investimentos para países da Ásia e da América Latina. Lá instalaram as plantas industriais e passaram a exportar a produção para os mercados das próprias potências econômicas das quais haviam emigrado. E o deslocamento da produção para os países com níveis salariais mais baixos, diferentes condições sociais e políticas, e níveis de organização mais atrasados criaram um obstáculo, e.g., para o êxito da coordenação internacional de uma greve, com o objetivo de paralisar, simultaneamente, todas as unidades de produção da mesma empresa espalhadas por diversas partes do mundo. O processo de desindustrialização das principais potências capitalistas da Europa, com exceção Alemanha, dada a sobrevivência de pequenas empresas e manufaturas, assim reduziu e debilitou, enormemente, a classe operária. O mesmo aconteceu nos Estados Unidos, onde o setor de serviços também superou a indústria na formação do PIB. A expansão do mercado global de trabalho, com o aparecimento e integração de milhões de trabalhadores, da Ásia e outras regiões, dispostos a qualquer salário, para ter um meio de subsistência, bem como a existência de poderoso exército industrial de reserva, possibilitada pela automação da indústria com a crescente utilização de *microchips* (robôs industriais), debilitaram o poder de negociação dos sindicatos, cuja articulação política, restrita aos limites de seus respectivos Estados nacionais, não acompanhou o desenvolvimento da organização transnacional capitalista.

Esse fenômeno ainda mais se acelerou após esbaorrondamento da União Soviética e do Bloco Socialista, em 1989-1991. Na Rússia e demais países do Bloco Soviético, o capitalismo foi restaurado e a nova burguesia emergiu dos quadros do PCUS, conforme Trotsky previra em **A Revolução**

Traída, livro escrito em 1935. O processo revolucionário na América Latina, inclusive em Cuba, tomou outra forma, não mais como nos anos 1960 e 1970; e a China aderiu à economia de mercado e à globalização, com as reformas iniciadas por Deng Xiaoping, dada a inviabilidade de instituir uma sociedade socialista autônoma, dentro da moldura nacional, como um sistema harmônico e auto-suficiente, com todos os ramos econômicos, sem considerar as condições geográficas, históricas e culturais do país, que somente constitui um elemento da unidade econômica mundial, configurada pelo sistema capitalista. Daí que Trotsky, com base na doutrina de Marx e Engels, se opôs à tese do "socialismo num só país", defendida por Stalin, e prosseguiu a apregoar a revolução em escala mundial. Contudo, o cartel das potências industriais do Ocidente - o ultra-imperialismo que Karl Kautsky previra, em 1914, quando começou a Primeira Grande Guerra (1914-1918) – instituiu-se, sob a hegemonia dos Estados Unidos, e ainda tenta manter o domínio mundial, em meio à convulsiva crise sistêmica do capitalismo, deflagrada com o colapso financeiro de grandes bancos, em Wall Street, a partir 2007-2008.

Outrossim, enquanto as disparidades econômicas e sociais aumentaram ainda mais nos países da periferia do sistema capitalista, alimentando o fundamentalismo religioso, os mais diversos fatores econômicos e sociais esvaneceram, sobretudo nas potências industriais, as contradições políticas e ideológicas entre os partidos políticos, cujas iniciativas, no governo, não muito discrepam, seja na Alemanha, França, Inglaterra, Itália, Portugal etc., e, muito menos, nos Estados Unidos, onde os Partido Democrata e o Partido Republicano, essencialmente, pouco se diferenciam. O grande historiador Eric Hobsbawm muito bem observou, em entrevista à agência de notícias Telam, da Argentina, que “já não existe esquerda tal como era”, seja social-democrata ou comunista. Ou está fragmentada ou desapareceu. Assim aconteceu no Brasil.

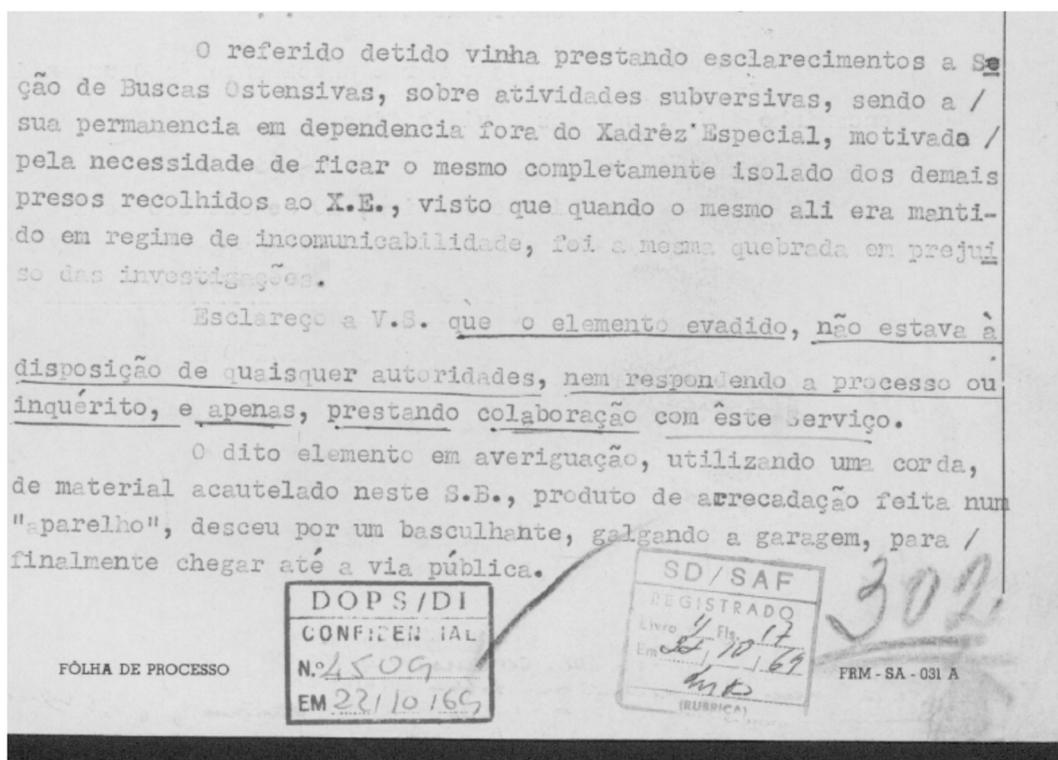
As origens da POLOP

A POLOP desaparecera para mim entre as névoas da memória. Mas há três anos (dezembro de 2010), depois que, eleita presidente, Dilma Rousseff passou por Frankfurt e contou-me, rindo, haver recebido um livro em que Erich Sachs aparecia como o primeiro e único personagem da POLOP, foi que me interessei pelo assunto. Perguntei então a um querido amigo, o jornalista Jary Cardoso, e ele me disse que devia ser o livro de Victor Meyer, cujo nome eu não conhecia, nunca havia ouvido falar. Conforme vi na internet, parece-me que o livro se intitula **POLOP - Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil ou Marxismo e Luta de Classes - Questões de estratégia e tática**. CVM - Centro de Estudos Victor Meyer - Salvador – BA - 2010, que contém uma série de artigos de Érico Sachs (Erico Czaczkes Sachs), que assinava com diversos nomes: Ernesto Martins, Eurico Mendes etc.

Posteriormente, alguns estudantes, inspirados pelos escritos difundidos a partir do Centro de Estudos Victor Meyer, escreveram-me, a consultar-me sobre a trajetória política, teórica e revolucionária de Erich Czaczkes Sachs, um dos fundadores da Organização Marxista Revolucionária (ORM), conhecida como POLOP, devido ao título da revista, depois jornal, que publicou na primeira metade dos anos 1960. Daí que, a fim de atender às suas indagações, decidi tão somente registrar minhas recordações, como um dos fundadores e um dos principais dirigentes da POLOP, ademais de amigo pessoal de Erich Sachs. Mas tive o cuidado, como cientista político e historiador, de solicitar uma pesquisa nos documentos depositados nos fundos existentes no Arquivo Nacional, inclusive os documentos desclassificados pelos órgão de segurança, com base no decreto nº 7.724, de 16 de Maio de 2012, que regulamentou a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o

acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Também solicitei uma pesquisa nos Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), dado que Erich Sachs, fora detido para averiguações, em 20 de setembro de 1969, pelo DOPS, durante a

noite de 8 para 9 de outubro de 1969 e, no dia 20, cerca de 11 dias depois, asilou-se na Embaixada do México. Segundo o Memorandum 240, do chefe de Seção de Buscas Ostensivas ao chefe do Serviço de Buscas, protocolado sob o nº 2994, em 10/10/1969 – Assunto: Comunicação de fuga de detido para averiguação (FAZ),



Averiguações – DOPS – S.O. – S.B. - Termo de declarações que presta Érico Czaczkes Sachs, fls. 26. DOPS – 141 - APERJ.

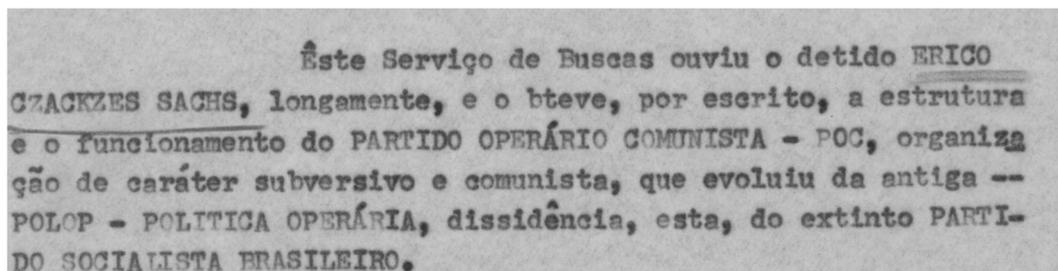
Após escapar do DOPS, Erich Sachs esteve com seu advogado, Antônio Modesto da Silveira, que me disse não haver ouvido nenhuma queixa de tortura, da qual também não viu nenhum sinal. Voltarei ao tema na Segunda Parte dessas notas, i.e., desses farrapos de memória, dado que muitos fatos esquecemos, outros não sabemos em todas as suas dimensões ou ignorávamos etc. e daí o meu recurso, à documentação e aos depoimentos de outros companheiros, inclusive do advogado Antônio Modesto da Silveira, que atuou em favor de Erich Sachs e com ele esteve após sua fuga do DOPS. Não gostaria de reconstituir o passado. Sempre estimei Erich Sachs, apesar de nos

afastarmos, a partir da cisão da POLOP, e creio que ele também a mim estimava tanto que, no depoimento prestado ao DOPS, em 1969, evitou não me comprometer, pois eu estava no Brasil, a responder processo na 1ª Auditoria da Marinha, e nos havíamos encontrado, na Livraria Zahar, na rua México (RJ), onde acertamos evitar outros desentendimentos.

As declarações prestadas por Érico Czaczkes Sachs, em 34 folhas datilografadas, perante o delegado José Pereira de Vasconcelos, chefe do Serviço de Buscas da Divisão de Operações do DOPS, José Pereira de Vasconcelos, contém,

entretanto, mais e melhores informações, principalmente sobre Erich Sachs e seu papel no Partido Operário Comunista, do qual foi realmente o principal mentor ideológico, do que a **História da POLOP** de Leovigildo Pereira Leal. Deviam constar do arquivo do Centro de Estudos Victor

Meyer – CVM e publicadas, com o texto de Victor Meyer - "Frágua Inovadora: O tormentoso percurso da POLOP". Eis o que informou o Memorando nº 110/69 –Do chefe do Serviço de Buscas, o delegado José Pereira de Vasconcelos:



Este Serviço de Buscas ouviu o detido ERICO CZACKZES SACHS, longamente, e o teve, por escrito, a estrutura e o funcionamento do PARTIDO OPERÁRIO COMUNISTA - POC, organização de caráter subversivo e comunista, que evoluiu da antiga -- POLOP - POLITICA OPERÁRIA, dissidência, esta, do extinto PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO.

(Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Departamento Geral de Investigações Especiais, folha 147 (Secreto 52) – Memorando nº 110/69 –Do chefe do Serviço de Buscas ao diretor da Divisão de Operações – Assunto: Encaminhamento de declarações (FAZ). A) José Pereira de Vasconcelos, chefe do Serviço de Buscas – 10/10/1969.

Nada tenho contra a existência do Centro de Estudos Victor Meyer – CVM. Louvo sua existência. É importante resgatar a memória da POLOP como de outras organizações que tiveram significação política e ideológica. Contudo, é necessário que seja feito com seriedade e responsabilidade acadêmica, e não com sentido faccioso de militância. Não se pode estudar uma organização sem conhecer suas raízes, suas origens, a conjuntura em que surgiu e se desenvolveu. E Victor Meyer não somente escreveu um texto sobre o legado da POLOP: "Frágua Inovadora: O tormentoso percurso da POLOP", como, também, uma pequena biografia de Erich Sachs, na internet, intitulada "Ernesto Martins, Érico Czaczkes Sachs", com data de julho de 1987, textos dos quais somente em fins de 2013 tomei conhecimento. E ambos, sem indicar quaisquer fontes de informação, contém muitos equívocos, imprecisões e algumas partes beiram as raias da ficção. São inconsistentes. Não são compatíveis com o resgate dos fatos e induzem a graves erros no conhecimento da realidade histórica.

(<http://marxists.architecture.net/portugues/meyer/1987/07/erico.htm>)

Victor Meyer narrou que, em 1934, Erich Sachs e sua mãe se mudaram de Viena para Moscou, onde ele passou a "a frequentar a Escola Karl Liebknecht, onde permaneceria até 1938", e acrescentou que "os quatro anos em Moscou marcaram decisivamente a sua formação intelectual", e, nesse período "estudou pela primeira vez o marxismo, ao tempo em que obtinha informações da oposição a Stalin". Segundo Victor Meyer, "seus contatos com os militantes da Oposição valeram-lhe a expulsão da Rússia, em 1937". A narrativa é imprecisa e contraditória, e também sem indicação de fonte. É bom lembrar que Erich Sachs, ao mudar-se de Viena para Moscou, em 1934, tinha apenas a idade 12 anos e não permaneceu quatro anos, até 1938, como escreveu Victor Meyer, que no próprio texto, abaixo, se contradiz, ao dizer que "seus contatos com os militantes da Oposição valeram-lhe a expulsão da Rússia, em 1937". Aliás, o próprio Erich Sachs contou, na autobiografia, que viveu em Moscou de "outubro de 1934 a setembro de 1937", i. e., menos de três. Provavelmente aprendeu algumas noções de marxismo, na escola soviética, mas não é crível, como narrou Victor Meyer, que um menino, entre

doze e quinze anos, obtivesse, ao mesmo tempo, "informações da oposição a Stalin" e "seus contatos com os militantes da Oposição" lhe valessem "a expulsão da Rússia, em 1937".

O próprio Erich Sachs, na sua autobiografia, apenas relatou que, "em setembro de 1937, minha mãe e eu fomos expulsos da União Soviética, em decorrência dos expurgos da época", (época em que o terror stalinista entrava no auge) e "voltamos para Viena", de onde passaram para a França em junho de 1938. Não se referiu ao motivo da expulsão nem ao pai, David Czaczkes.

Victor Meyer, no seu texto, escreveu que Erich Sachs fugiu

"da Áustria a pé, alcançando a Bélgica através de território alemão e daí chega até a França. Em Paris, procura Thalheimer e Brandler, os líderes da Oposição Alemã. Torna-se o mais jovem militante da KPO (Oposição Comunista Alemã) no exílio. Morando com Thalheimer, além das discussões sistemáticas que mantem com o principal líder da Oposição Alemã, encontra-se com outras figuras destacadas do comunismo, como Victor Serge, e com militantes do POUM." (Ernesto Martins, Erico Czaczkes Sachs – Victor Meyer – Julho de 1987. MIA > Biblioteca > Meyer > Novidades <https://www.marxists.org/portugues/meyer/1987/07/erico.htm>)

Erich Sachs jamais contou a mim, apesar de convivermos tantos anos, e a qualquer outra pessoa, do meu conhecimento, de que forma fugiu da Austria, com a mãe, passando a pé pela Alemanha nazista, e, aos 16, haver mantido, em Paris, "discussões sistemáticas" com Brandler, Talheimer e outras figuras da oposição alemã, bem como encontrado Victor Serge e militantes do Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM).

Como Erich Sachs, um garoto de 14 anos, podia obter tais contactos, em Paris, se em Viena morava? Em que fontes Victor Meyer se baseou para contar tais façanhas? O que narrou não é consistente sequer com a

autobiografia que Erich Sachs redigiu, em Colônia, com data de 24 de abril de 1971 e publicada no "Dicionário Político", na internet. Erich Sachs narrou apenas que ele e sua mãe Zinaida Czaczkes, depois que retornaram de Moscou, onde viveram de 1934 a 1937, abandonaram Viena, em junho de 1938, devido à anexação da Áustria pelo Reich nazista (março de 1938), e foram para a França, passando pela Alemanha. Também não se referiu ao pai. David Czaczkes morou com eles em Moscou?

Contou Erich Sachs que, na França,

"de cerca de junho de 1938 a maio de 1939, vivi em diferentes lugares. Durante alguns meses estudei numa escola agrícola do governo francês, em Charleroi-sur-Seine. Em maio de 1939, embarquei com minha mãe num navio para o Brasil." (http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/sachs_erico.htm)

Onde as "discussões sistemáticas" com Heinrich Brandler, August Thalheimer e os encontros com Victor Serge, adepto de Trotsky (Oposição de Esquerda), e militantes do POUM, um partido da Catalunha, cujos membros, juntamente com alemães do KPD-O, ainda estavam a combater na guerra civil da Espanha? Victor Meyer não indica qualquer fonte. E Erich Sachs nada falou sobre isso na sua pequena autobiografia. Ele nasceu em 11 de março de 1922, como disse e consta do Registro 607.365, do Serviço de Estrangeiros, do Ministério da Justiça e Negócios do Interior, depositado no Arquivo Nacional. Tinha apenas 16 anos, quando chegou à França, em junho de 1938, e lá viveu pouco menos de um ano, durante os quais estudou alguns meses numa escola agrícola do governo francês, em Charleroi-sur-Seine (sic), e em maio de 1939 embarcou, em Marseille, com a mãe, Zinaida Czaczkes, nascida em Kiev (Ucrânia), e chegou ao Rio de Janeiro, a bordo do vapor *Campana*, em 3 de junho. Do registro de imigração consta, entre outros dados, que ele tinha 17 (dezessete

anos); estado civil solteiro; nacionalidade austríaca; religião israelita; sem profissão.¹

Erich Sachs escreveu que seu pai seguiu para Rio de Janeiro, em setembro de 1939, e "morreu pouco tempo depois". De fato, David Czaczkes, viajou no vapor francês *Florida*, procedente de Marsaille, e desembarcou no porto do Rio de Janeiro, em 15 de setembro de 1939. Tinha 47 anos e, segundo consta da relação de passageiros, do Departamento Nacional de Imigração, do Ministério de Indústria e Comércio, ele era comerciante, religião israelita, morava em Praga (Tchecoslováquia) e iria residir na rua Buenos Aires, no Rio de Janeiro. (Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – DPMAF, relação de passageiros do, procedente de Gênova, desembarque em 15/09/1939. Notação SIAN: BR.AN, RIO.OL.0.RPV, PRJ.3 BR_RJANRIO_OL_0_RPV_PRJ_32530_d0001de0001. – Arquivo Nacional)

Erich Sachs nunca me disse nem aos nossos amigos que seu pai, David Czaczkes, "era membro destacado da social-democracia austríaca". O que está nos registros de Zinaida Czaczkes (Weintraub-Römer, nome de solteira) e na certidão de casamento é que seu marido, David Czaczkes, havia nascido em Sniatyn (СНЯТИН), Ucrânia, pertencente ao Império Austro-Húngaro entre 1772 e 1918, tempo em que lá a língua alemã se tornou predominante.

¹ As informações sobre a imigração, naturalização etc. de Erich Sachs e família foram obtidas em pesquisas feitas, por solicitação minha, no seguintes fundos depositados no Arquivo Nacional: Fundo/coleção documental Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (SPMAF) cidade do Rio de Janeiro, código do fundo BO, unidade de guarda Coordenação de Documentos Escritos (CODES), número de registro de estrangeiro (RE) 15.927, prontuário que originou carteira de identidade de estrangeiro de Zinaida Czaczke. Fundo/coleção SPMAF cidade do Rio de Janeiro, código do fundo BO, unidade de guarda CODES, nº de RE 15.921, prontuário que originou carteira de identidade de estrangeiro de Erich Czaczkes.

Erich Czaczkes, embora nascido na Áustria, era, portanto, de ascendência ucraniana. Sua certidão de nascimento foi emitida pela Repartição Matricular da Comunidade Israelita, em Viena, e consta "sem nacionalidade", tanto no registro feito no Registro de Estrangeiros II nº 607.365, quando de sua entrada no Brasil, em 3 de junho de 1939, bem como no 2º Distrito Policial, em 15 de junho do mesmo ano, embora, em outro, conste "austríaca". Era lógico. Assim como a Alemanha e quase todos os países da Europa, a Áustria, àquele tempo, não reconhecia o princípio do *jus solis* (direito do solo), i.e., não concedia nacionalidade ou cidadania a alguém apenas porque havia nascido no seu território. O princípio dominante era o do *jus sanguinis* (direito do sangue) e seus pais eram da Ucrânia, embora também conste "sem nacionalidade" no registro de estrangeiro de Zinaida Czaczkes, nascida em Kiev, em 1892. Os salvo-condutos de Erich e Zinaida Czaczkes foram concedidos, em 23 de março de 1939, por ordem do prefeito de Bouche-du-Rhone, em Marseilles, onde residiam. Ele recém havia completado 17 anos e, em 20 de maio, os dois embarcaram para o Brasil.

Seus pais certamente emigraram para a Áustria, onde Erich nasceu, devido aos freqüentes pogroms que ocorriam na Ucrânia, ademais de que os israelitas historicamente sofriam restrições políticas e discriminações na educação. Sem dúvida Erich Czaczkes, i.e., Erich Sachs ou Érico

Fundo/coleção Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), código do fundo 4T, unidade de guarda CODES, caixa nº 5.162, processo nº 12.101 / 1954, processo de naturalização de Erich Czaczkes. Fundo/coleção Série Interior - Nacionalidades, código do fundo A9, unidade de guarda CODES, processo J.384.935, código de referência 12400, notação anterior IJJ6 nº 698, requerimento de restituição de documentos anexos ao processo de naturalização de Josef Czaczkes. Fundo/coleção Série Interior - Nacionalidades, código do fundo A9, unidade de guarda CODES, processo J.217.934, código de referência 12399, notação anterior IJJ6 nº 498, processo de naturalização de Josef Czaczkes.

Czaczkcs Sachs enfrentou as maiores dificuldades e agruras desde a infância, em uma Europa conturbada, com o nazifascismo a avançar na Alemanha e na Áustria, sobre a qual o espectro de Hitler se projetava e ameaçava sua soberania.

O objetivo de Hitler consistia na formação da Grande Alemanha com a anexação (*Anschluss*) da Áustria. E, em 11 de março de 1938, ele ordenou a Operação Otto (*Unternehmen Otto*) e as tropas do 8º Exército, no dia seguinte, empreenderam a invasão da Áustria. Em tais circunstâncias, Zinaida Czaczkcs, em outubro de 1938, opção não teve senão abandonar Viena e outra vez emigrar, levando seu filho, Erich, com 16 anos, para a França. O destino, entretanto, era decerto o Brasil, mais seguro. Erich Sachs falou-me, certa vez, de um tio seu, que emigrara para o Brasil. Realmente, em 24 de novembro de 1928, Josef Czaczkcs chegara ao Rio de Janeiro, onde se estabeleceu como comerciante e naturalizou-se brasileiro, por decreto de 30 de julho de 1934. Em 1935 mudou o nome para José C. Chaves, transformando o Czaczkcs em Chaves. E tornou-se membro da Maçonaria, havendo criado duas grandes lojas em São Paulo, para onde se mudara. Foi ele que articulou a ida para o Brasil da cunhada Zinaida Czaczkcs com o filho Erich, bem como de seu irmão David. Josef Czaczkcs era o pai do cantor Juca Chaves, que Erich Sachs me apresentou, quando ele ainda era rapaz e fazia versos, ainda na segunda metade dos anos 1950. Algumas vezes, os três, saímos juntos, porém Juca (Jurandyr) manteve muito pouco contacto com Erich, embora fossem primos em primeiro grau. Há pouco tempo, Juca disse-me por telefone, que ele sempre pareceu uma pessoa bondosa, mas “enigmática”.

Erich Czaczkcs, na autobiografia redigida em Colônia (1971), cometeu pequeno equívoco, ao dizer que estudou alguns meses numa escola agrícola do governo francês, em Charleroi-sur-Seine, na França. Ele confundiu as cidades. Não há na França nenhuma cidade chamada Charleroi-sur-

Seine. A Charleroi que existe não é sur-Seine, nem na França. É uma cidade na Valônia francófona, na Bélgica. A escola que existe na França é em Chatillon-sur-Seine, distante de Paris cerca de 200 km ou mais, e lá, sim, funciona o Lycée Agricole La Barotte – Haute Côte-d'Or. Mas o fato é que, vivendo na França menos de um ano (de junho de 1938 a maio de 1937) e, “em diferentes lugares”, inclusive estudando num liceu agrícola, o jovem adolescente de 16 anos, que acompanhava sua mãe, não podia haver morado com August Talheimer, nem se havia tornado “o mais jovem militante” do KPD-O no exílio nem encontrado e discutido com “outras figuras destacadas do comunismo”, como Victor Serge e militantes do POUM”, conforme Victor Meyer escreveu e Leovigildo Pereira Leal repetiu. (LEAL, Leovigildo Pereira. **História da POLOP - Alternativa marxista ao reformismo na esquerda brasileira**. Pará de Minas (MG): Virtual Books Editora, edição revista e ampliada, 2013, pp. 105-106).

Não posso conceber que Erich Sachs houvesse fantasiado a história de sua vida, em conversas com Victor Meyer, se é que as teve tanto, uma vez que não o fez na pequena autobiografia do “Dicionário Político” e nada dissesse a mim, uma vez que mantivemos contacto quase que diário, durante muitos anos. Éramos íntimos amigos. Durante uma época, tivemos namoradas - eu, uma suíça-alemã, Marlene, que trabalhava numa loja da H. Stern; e ele, uma argentina - que residiam no mesmo apartamento em Copacabana. Muitas vezes, à noite, saíamos os quatro juntos para jantar e passear. Com Marlene e Erich comecei a aprender um pouco de alemão. E, quando passei a ter meu próprio apartamento e a morar só, em meados de 1957, emprestava-lhe a chave para que lá pudesse levar alguma namorada, quando necessitava, pois sempre residiu com a mãe, então com cerca de 65 anos.

Erich Sachs tampouco contou a outros companheiros e amigos que, ainda

adolescente, com 16 anos, havia realizado tais feitos, em Paris, onde deve ter permanecido muito pouco tempo, pois ele mesmo escreveu que "de junho de 1938 a maio de 1939, vivi em diferentes lugares", na França. De qualquer forma, muito do que se tem escrito sobre Erich Sachs, evidentemente, não parece veraz, consistente, e induz a uma avaliação distorcida da história não apenas da POLOP, mas também do movimento de esquerda no Brasil. Um estudante apresentou na AMPUH um projeto sobre Erich Sachs, como a "figura central da ORM-POLOP", que "introduziu no Brasil uma nova seara dentro do pensamento marxista nacional, apresentando uma estratégia revolucionária distinta dos projetos até então vigentes". Disse estar amparado na "breve biografia de Sachs", escrita por Victor Meyer. (http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364239696_ARQUIVO_Projeto_EricSachs.pdf).

A reforçar o culto da personalidade, cuja promoção Victor Meyer começou, Leovigildo Pereira Leal citou uma frase uma frase de Aluizio Leite Filho, ao dizer-lhe que "a POLOP não existiria sem o Erich Sachs". (LEAL, Leovigildo Pereira. **História da POLOP**, p. 99.) Claro que estou de acordo. De fato, sem Erich Sachs a POLOP não existiria, pois foi ele que sugeriu o nome de **Política Operária** para sua publicação que passou a denominar a própria ORM. Mas sem Aluizio Leite Filho, aluno da Escola Brasileira de Administração (EBAP) e com grande influência na UNE, a POLOP igualmente não existiria. Foi ele que possibilitou a penetração e organização da Juventude Socialista, depois ORM-POLOP, no meio estudantil. E o próprio Aluizio Leite Filho relatou que, "vindo da militância do movimento, ingresso na Juventude Socialista, onde conheço Erich e Moniz Bandeira". (LEAL, Leovigildo Pereira. **História da POLOP**, p. 99) Quem eram eles dois? Eram os principais organizadores e dirigentes da Juventude Socialista (Esquerda Socialista), à qual Aluizio Leite

Filho se somaria. E Luiz Alberto Moniz Bandeira era o proprietário do apartamento no Posto 6, Copacabana, onde Leovigildo Pereira Leal conta que se realizou a reunião (e a ele se refere como um dos participantes, com Erich Sachs, Aluizio Leite Filho e Piragibe de Castro), esse grupo de ativistas "era núcleo inicial da Organização Revolucionária Marxista, a POLOP, formalmente criado em fins de 1958." (LEAL, Leovigildo Pereira. **História da POLOP**, p. 86).

No apartamento 1210, na Avenida Copacabana 1150, Posto 6, realizaram-se inúmeras reuniões não apenas com Erich Sachs, Aluizio e outros companheiros da Juventude Socialista, mas também com Agildo Barata, quando rompia com o PCB, José Maria Crispim, do POR-T e muitos outros. Nós - Erich Sachs, eu, Aluizio Leite Filho, Piragibe de Castro e mais alguns companheiros - éramos os que de fato tratavam de articular as tendências de esquerda revolucionária e unificá-las como bloco, porém, em nenhuma das reuniões, realizadas antes do Congresso de Jundiaí, foi "criado formalmente" o núcleo da ORM-POLOP, como informa Leovigildo Pereira Leal.

O professor Theotônio dos Santos, um dos principais fundadores da POLOP e de cuja direção nacional participou desde o primeiro momento, ao comentar, no seu blog o livro **POLOP - uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária**, publicado pelo Centro de Estudos Victor Meyer, ponderou que Erich Sachs, "apesar de ser a principal figura geradora da POLOP e uma influência definitiva da mesma, representava o ponto de vista e o enfoque de uma corrente daquela organização, não representava o espírito de toda a militância". (<http://theotoniodossantos.blogspot.de/2010/07/boletim-semanal-livros.html>)

Erich Sachs, com efeito, foi a "principal figura geradora" do nome – **Política Operária** – e efetivamente desempenhou importante e decisivo papel na organização

do grupo. Era um homem muito inteligente, com larga experiência, habilidade e conhecimento da doutrina de Marx assim como do movimento socialista. Escrevia e falava português muito bem. Outrossim era um companheiro muito gentil, afável, delicado e sempre bem-humorado, uma pessoa cativante. Mais velho do que eu quase 15 anos, homem maduro e, pessoalmente, moderado, ele buscava controlar minha tendência para a agressividade. Nunca tivemos atritos, ao longo de nossa militância e trabalho. Entendíamos muito bem. Guardo muito boa lembrança de Erich Sachs, com quem mantive estreita amizade pessoal, com uma convivência quase que diária, até minha ida para o exílio em 1964.

Contudo, Erich Sachs não foi a principal fonte teórica da POLOP, não introduziu "nova seara dentro do pensamento marxista nacional", não desenhou estratégia revolucionária distinta das até então vigentes, nem "trouxe para o Brasil o fio condutor dessa tradição de independência", da oposição comunista alemã, na qual nunca militou, ante o trotskismo, stalinismo (nem o maoísmo ou o castrismo", como escreveu Levogildo Pereira Leal (LEAL, Leovigildo Pereira. História da POLOP, p. 106). Também é absoluta inverdade, mera invenção, a estória, contada também por Leovigildo Leal Pereira, de que Erich Sachs, em "sua atividade de estruturação e ampliação da POLOP, Erich Sachs, além do trabalho de organização e produção teórico-política, fazia constantes viagens pelo país, intensificando discussões, consolidando contactos". (LEAL, Leovigildo Pereira. História da POLOP, p. 108). Desde que o conheci, em 1956 até 1964, Erich Sachs sempre trabalhou, primeiro, na Embaixada da Áustria e no **Diário da Noite**, e, depois, a partir de 1958, na Embaixada da Alemanha, e não podia fazer "constantes viagens pelo país" e, aliás, nunca o fez. Algumas vezes, em fins de semana, viajamos juntos, de automóvel, para Belo Horizonte e/ou São Paulo. Ademais, a POLOP não tinha tantas bases, fora do Rio

de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, um pequeno grupo, em Porto Alegre, liderado pelo jornalista Luiz Pilla Vares, e em Salvador, em torno de Luiz Pamponet Sampaio e Wilson Peixoto. O núcleo em Brasília somente foi implantado quando, em 1962, quando Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marino foram lecionar na UnB, assim como em Goiás, após a mudança de Juarez Guimarães Brito e Maria do Carmo Brito para esse Estado, onde realizaram muito bom trabalho junto às Ligas Camponesas.

O professor Michael Löwy, oriundo da Liga Socialista Independente (LSI) e um dos principais fundadores da POLOP, concorda comigo quanto à "super-estimação do papel de Erich Sachs", bem como com a observação de que "Trotsky e Rosa Luxemburgo eram bem mais importantes do que Brandler para os fundadores da ORM". Theotônio dos Santos, também, como eu e Michael Löwy, fundador, dirigente e um dos ideólogos da POLOP, está de acordo e escreveu-me que a minha "negação da absoluta novidade das propostas estratégicas atribuídas a Erich Sachs se reforçaria com a tese de Perseu Abramo de que as várias correntes de esquerda que sobreviveram, precariamente, fora do PCB formaram um caldo de cultura que abriu caminho a instituições como a POLOP e a nova esquerda que ganhava corpo nos anos 1960s".

Como Theotônio dos Santos comentou em carta a mim escrita,

"não é correto atribuir à POLOP o papel de formular uma interpretação original sobre a experiência socialista mundial. Mas podemos afirmar que ela serviu de porta voz de uma visão mais complexa do marxismo que vinha crescendo desde os anos 20, como consequência da "especificidade" da revolução russa que concentrava a maior novidade e complexidade histórica e influenciava radicalmente o destino da humanidade e do pensamento de vanguarda mundial".

Conforme acentuou, a POLOP fez

"convergir as correntes críticas do stalinismo e ampliou o debate teórico, incluindo autores e correntes de pensamento que haviam sido prescritas por uma doutrina (stalinismo), cuja hegemonia prejudicou gravemente a capacidade de análise e o pensamento crítico, essencial ao desenvolvimento e até mesmo à "eficácia" do movimento revolucionário no Brasil e no continente. Por isto mesmo é muito perigoso acentuar uma tendência e transformá-la numa seita ligada exclusivamente a um militante e a um grupo político cuja experiência política e intelectual não somente derivava de outras experiências históricas importantes, mas não o suficiente para orientar nossa ação em realidades diferentes em aspectos fundamentais".

Erich Sachs, outrossim, nada poderia ter feito, isolado como estava, quando nos conhecemos, em meados de 1956, no Rio de Janeiro. Eu tinha então 20 anos de idade, morava ainda com meu tio, o escritor, jornalista e professor Edmundo Moniz, meu mestre e com quem muito aprendi, juntamente com a leitura das obras de Marx e Engels e de todos os seus principais intérpretes, social-democratas e comunistas, inclusive Stalin, desde meus 15 anos de idade. Já havia trabalhado e escrito em jornais de Salvador e, desde 1953, publicava poemas e artigos no **Correio da Manhã**, de propriedade de Paulo Bittencourt, casado com minha prima Niomar Moniz Sodré. Já então havia lançado, em 1956, um livro de poemas - **Verticais**, e estudava na Faculdade de Direito.

Erich devia ter 34 anos, uma vez que nascera em 1922. Era, na época, tradutor da Embaixada da Áustria, situada na Avenida Atlântica, Posto VI. E a nossa aproximação se deveu à afinidade de idéias que se manifestou. Ambos éramos anti-stalinistas. E, na ocasião do encontro, em Copacabana, comentamos a notícia publicada em **O Globo** sobre a prisão de um grupo de trotskistas da IV Internacional que, em Niterói, "tramavam a revolução mundial".

Os trotskistas eram Leôncio Martins Rodrigues, José Barroso, Marimbondo e um operário chamado Leon, remanescente do extinto Partido Socialista Revolucionário (PSR). A denúncia dos crimes de Stalin por Nikita Kruschiov, no XX Congresso do PCUS (fevereiro de 1956), foi também um dos temas da conversa, pois havia provocado profunda repercussão em toda a esquerda, até então sob a hegemonia do stalinismo. E o PCB, em meio a acirrada discussão, rompeu-se, com a cisão liderada pelo ex-capitão Agildo Barata, um dos principais líderes do da Aliança Libertadora Nacional (ALN), em 1935.

Erich Sachs, desde 1951, era também redator do **Diário da Noite**, órgão dos **Diários Associados**, conforme consta de cópia de sua Carteira de Trabalho, inclusa nos autos do seu processo de naturalização. Decerto acumulava a função nesse jornal, um vespertino, cujo expediente era só pela manhã, com o trabalho na Embaixada da Áustria. E pouco depois de nos conhecermos, ele me convidou para ser seu adjunto na editoria de política internacional do **Diário da Noite**. Entretanto, o jornalista Nahum Sirotsky, que assumira, naquela época, meados de 1956, a direção do jornal e com quem mantenho contacto até hoje, de Erich Sachs não se lembra.

Erich Sachs não tinha representatividade social e política, nem recursos financeiros, mas, colaborou com artigos sobre a Alemanha em órgãos da imprensa e morava com a mãe em pequeno apartamento, na Ladeira Saint Romain, que começa na rua Sá Ferreira, em Copacabana. Seu padrão de vida somente melhorou, a partir de 1958, quando começou a trabalhar no setor de imprensa da Embaixada da Alemanha, sob a direção do diplomata Hans Bayer, que ele dizia ser social-democrata. Mudou-se, com a mãe, para um bom apartamento na rua Barão da Torre, esquina da Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, e comprou um automóvel DKW-Wemag, no qual algumas vezes viajei com ele para reuniões em Belo Horizonte.

Em 1959, Erich Sachs passou a trabalhar como redator no **Jornal do Comércio**, acumulando com seu cargo na Embaixada da Alemanha. Antes havia colaborado, no **Correio da Manhã**, mas esporadicamente. E se chegou a ser redator efetivo, conforme contou, foi depois de 1964, contratado por meu tio Edmundo Moniz, que se tornara um dos diretores do jornal, a partir agosto/setembro de 1963, e o fez para ajudá-lo, dado que ele fora demitido da função no SNT, do MEC, após o golpe militar, com base no pelo Art. 7º do Ato Institucional. Essa informação não posso afirmar nem negar pois já estava exilado no Uruguai e todos os que me podiam dizer algo faleceram. Mas Edmundo Moniz, conquanto nunca participasse da POLOP nem se ligasse a Erich Sachs, era um homem extremamente generoso e bom, e desse meu tio tenho muitas saudades. Foi quem muito contribuiu para minha formação filosófica.

De qualquer forma, o fato foi que, ao estreitar as relações de amizade com Erich Sachs, trabalhando no **Diário da Noite**, de outubro de 1956 a dezembro de 1957, entendemos que, em vez de formar, no Rio de Janeiro, a Liga Socialista Independente (LSI), de cuja criação, em 1956, eu havia participado, em São Paulo, com Hermínio Sacchetta (1909 – 1982), Alberto Luiz da Rocha Barros, Paulo Singer, Maurício Tragtemberg, Michael Löwy e outros, melhor seria organizar essa tendência de esquerda, como Juventude Socialista, dentro do PSB, que nos dava uma cobertura legal e ao qual eu era filiado desde que residia em Salvador, onde já tentara formar uma Liga Socialista Revolucionária, com mais alguns colegas, entre os quais o bancário Wilson Peixoto, Walter Costa Mercês e Gerson Pereira. Daí que, apresentado e proposto por mim, Erich Sachs se filiou ao PSB no Rio de Janeiro.

Hermínio Sacchetta fora um dos fundadores da seção brasileira da IV Internacional, denominada Partido Socialista Revolucionário (PSR), e com ela rompera,

em 1951/1952, por considerar o bolchevismo a matriz do stalinismo e não aceitar as diretrizes do "entrismo *sui generis*", i. e., de penetrar nos partidos comunistas, determinadas pelo dirigente do Secretariado Internacional, Michel Pablo, pseudônimo de Michalis N. Raptis (1911-1996). Sacchetta também não mais aceitava a teoria de que a União Soviética era um Estado operário degenerado, mas uma forma de capitalismo de Estado, teoria defendida no Brasil por Mário Pedrosa e Edmundo Moniz, da União Socialista Popular (USP), que editava o jornal Vanguarda Socialista.

Com a Liga Socialista Independente, em São Paulo, o que se buscou foi constituir uma alternativa revolucionária para a IV Internacional, cuja reorganização, no Brasil, estava a cargo do militante argentino Guillermo Almeyra, representante do Bureau Latino-Americano (BLA), dirigido pelo boxeur Juan Posadas, mas independente do Secretariado Internacional, com sede em Paris. Da nova seção brasileira da IV Internacional – o Partido Operário Revolucionário - Trotskista, (POR-T), sob a liderança de José Maria Crispim, participavam Boris e Ruy Fausto e alguns outros como Leôncio Martins Rodrigues. E o representante do BLA, com o codinome de Manuel, havia procurado, em fins de março ou começo de abril de 1956, meu tio, o professor e jornalista Edmundo Moniz, conhecido como trotskista, embora nunca houvesse militado na IV Internacional, e em cujo apartamento eu estava a morar.

Edmundo Moniz considerava o sistema econômico na União Soviética um capitalismo de Estado - não um Estado operário degenerado, como Trotsky defendera – e recusou gentilmente a proposta da adesão à IV Internacional, e assim eu também o fiz, como seu discípulo. Porém, marquei com Manuel um encontro em São Paulo, para onde viajei, poucos dias depois, e reuni me com ele, José Maria Crispim, os irmãos Fausto (Boris, Rui e um outro) e também Octaviano de Fiori,

militantes do POR-T. Lá encontrei Hermínio Sachetta e meu primo Alberto Luiz da Rocha Barros, que igualmente não aceitavam as a conceituação da URSS como Estado operário degenerado nem o centralismo-democrático do bolchevismo, preservado pela IV Internacional. Daí que decidimos elaborar a minuta do programa e do estatuto e convidamos Paulo Singer, Michael Löwy, Maurício Tragtemberg, que tinham boa formação marxista, e alguns outros para formar a Liga Socialista Independente.

As diretrizes teóricas da Juventude Socialista (Esquerda Socialista), que Erich Sachs e eu, em 1957, começamos a organizar no Rio de Janeiro, eram as mesmas da Liga Socialista Independente e de Hermínio Sachetta, meu amigo, com quem muito aprendi e de quem nunca me afastei, até seu falecimento em 1982. Contamos, na formação da JS, com a adesão de jovens egressos da União da Juventude Comunista (UJC), entre os quais Bóris Nicolaewsky, e lançamos o jornal **Esquerda Socialista**, do qual saíram apenas dois números, creio que em 1959. Naquele ano, segundo notícia publicada no **Correio da Manhã** e reproduzida por Leovigildo Pereira Leal, apareceu, no Rio de Janeiro, um grupo da Juventude Socialista, que celebrou o dia 1º de maio, como o Dia do Protesto, a exigir liberdade sindical, direito de greve, abolição do fundo sindical e a lembrar os Mártires de Chicago, operários executados nos Estados Unidos por haverem liderado a greve geral em favor do estabelecimento da jornada de oito horas de trabalho. (LEAL, Leovigildo Pereira. História da POLOP, pp. 80-87). Ainda tenho um recorte (guardado por meu pai) do diário **A Tarde**, de Salvador, noticiando, em 14 de maio de 1959, que eu lá chegara para organizar a Juventude Socialista e que, no Rio de Janeiro, estava a circular o jornal **Esquerda Socialista**, bem como a realização de um encontro nacional dos diversos grupos, preparatório da 1ª Conferência Nacional dos Jovens Socialistas, possivelmente em 1960.

Essa idéia estava a amadurecer, nas reuniões que ocorrerem, em São Paulo, entre militantes das distintas correntes de esquerda (JS, LSI, que publicava em São Paulo o jornal **Ação Socialista**, POR-Trotskista, cujo órgão se intitulava **Frente Operária**, Movimento Socialista Renovador (MSR), de Agildo Barata) e cuja revista era **Novos Tempos**, e das quais participei, juntamente com Paulo Singer, Almino Afonso, Hermínio Sachetta, Carleto Ferrer Favalli, e vários outros cujos nomes não recordo. Em 1959, a JS, então identificada como Esquerda Socialista, a Aliança Libertária (anarquista), a LSI e o POR-T promoveram conjuntamente um ato público, para a celebração do 1º de Maio, como data de protesto dos trabalhadores, no Centro Democrático Espanhol, em São Paulo.

Em 1958 ou 1959, o deputado federal Sérgio Magalhães, do Grupo Compacto (esquerda do PTB) e presidente da Frente Parlamentar Nacionalista, pronunciou dois discursos, no Congresso, um, a defender para o Brasil um governo dos trabalhadores, e o outro, lançando a candidatura do vice-presidente João Goulart a presidência da República, com o apoio dos sindicatos. Ambos foram escritos por mim, como seu particular amigo e assessor político, papel que informalmente desempenhei até o golpe militar de 1964.

A Juventude Socialista (Esquerda Socialista), no Rio de Janeiro, decidiu não apoiar, nas eleições de 1960, nenhuma das candidaturas, nem a do marechal Henrique Lott, apoiada pelo PSB, nem a de Jânio Quadros) à presidência da República, mas somente a candidatura do deputado Sérgio Magalhães ao governo do Estado da Guanabara, e a de João Goulart à vice-presidência da República. A candidatura de Sérgio Magalhães foi inicialmente levantada pelo PSB, após entendimentos que eu e meu tio Edmundo Moniz mantivemos com seu presidente, o jurista João Mangabeira. O objetivo foi induzir o PTB a lança-la, contra a pretensão dos

deputados Eloy Dutra e Rubens Berardo, e ganhar o apoio do PCB, que vacilava, por considerar o nome Sérgio Magalhães "radical demais", como Luiz Carlos Prestes me disse, quando fui, no princípio, negociar com ele o apoio à sua candidatura.

Já em meados de 1960, Erich Sachs e eu tentávamos articular uma frente de esquerda revolucionária, com a decisiva colaboração de Aluísio Leite Filho e Piragibe de Castro, estudantes da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), da FGV, que nos contactaram com Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais. Aluísio Leite Filho e Piragibe de Castro militavam na União Nacional dos Estudantes (UNE) e tiveram decisivo e fundamental papel na penetração da JS e depois da ORM-POLOP no meio estudantil, com participação na diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Do Congresso de Jundiaí (janeiro de 1961), no qual se constituiu a Organização Revolucionária Marxista (ORM), participaram militantes da JS, LSI, POR-T e egressos da UJC. O POR-T, porém, não aderiu bem como pequena fração da LSI, cuja razão, certamente, foi a desconfiança que Hermínio Sachetta tinha de Erich Sachs desde os anos 1940. E o Congresso de Jundiaí não aprovou qualquer estatuto, muito menos com base no princípio do centralismo-democrático. A ORM-POLOP não teve nenhum comitê-central até o golpe militar de 1964. O primeiro constituído, em 1964, foi um Secretariado Nacional, composto de representantes das seções do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, onde a POLOP efetivamente existia. Depois foi outro instituído (eu já estava asilado na Embaixada do Uruguai), composto, segundo depoimento de Erich Sachs prestado no DOPS, do Rio de Janeiro, em 1969, por "Walter", "Paulo", "Fernando", "João", Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, com poderes de resolver divergências surgidas entre convenções e congressos. Porém, com a saída do Brasil de

Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, as vagas não foram preenchidas e somente em 1967 foi outro comitê-central constituído. (Averiguações – Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Departamento Geral de Investigações Especiais. Setor Secreto, notação 52, fls. 114-146 (Termo de declarações que presta Érico Czackes Sachs, 1969), DOPS – 125 - APERJ).

A POLOP era uma organização muito volátil. Não tinha estatuto, pelo menos até os primeiros meses de 1964. O que aparece em um dos arquivos existentes e atribuído à POLOP é apócrifo ou da chamada Organização de Combate Marxista-Leninista (OCML-PO), que publicou, ilegalmente, alguns boletins com o título **Política Operária**, nos anos 1970. O próprio Erich Sachs, no depoimento à 1ª Região Militar, em 1964, perguntado se era marxista-leninista, declarou que "não; que é somente marxista; perguntado qual a diferença entre marxismo e leninismo é marxista; respondeu que desconhece o marxismo leninismo". (1ª Auditoria da 1ª Região Militar - GB, em 11 de junho de 1964 (IPM - Depoimento de Erico Czackes Sachs – págs. 368-371 da Apelação 36149/67 – Arquivo do STM).

Nós não adotávamos o leninismo, como o próprio nome Organização Revolucionária Marxista (ORM) demonstra, organização esta que se tornou mais conhecida, posteriormente, como POLOP, devido ao título da revista - **Política Operária**, dado por sugestão de Erich Sachs (não recordo quando), com base no título de um jornal do KPD-O, publicado entre 1930 e 1932, e adotado pelo *Gruppe Arbeiterpolitik*, que surgiu em Bremen, em 1947, e Herinch Brandler pretendeu revigorar, com seu retorno à Alemanha em 1949. Entretanto, entre 1916 e 1919, o mestre de escola Johann Knief (1880-1919) já havia publicado um jornal, com esse mesmo título – *Arbeiterpolitik*, em Bremen, como expressão da esquerda radical (*Linksradikalen*) da social-democracia, e

juntou-se ao *Spartakusbund*, que Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht lideraram.

Heinrich Brandler e August Thalheimer, asilados em Cuba desde o início da Segunda Guerra Mundial, não exerceram qualquer influência teórica sobre a POLOP nem tivemos conhecimento, muito menos contacto com *Gruppe Arbeiterpolitik*. Thalheimer faleceu em 1948, em Cuba, onde está sepultado. E o *Gruppe Arbeiterpolitik* ainda sobrevive em Bremen, como reminiscência do KPD-O, mas é politicamente inexpressivo, insignificante, e Erich Sachs algum contacto com ele teve, quando morou na Alemanha, nos anos 1970, segundo informação de Friedhelm Winkel, um dos seus dirigentes. Antes, é possível que buscasse algum contacto quando veio à Alemanha, em 1961, como tradutor/intérprete de um grupo de jornalistas, encarregado pelo serviço de imprensa da Embaixada, onde trabalhava.

Antes de 1961, não creio, pois, se tivesse com algum contacto *Gruppe Arbeiterpolitik*, em Bremen e com Brandler, ter-me-ia falado, quando, por sua indicação, vim à Alemanha, a convite da Embaixada alemã, como jornalista do **Diário de Notícias**, do Rio de Janeiro, em outubro de 1960, ano de minha formatura em Direito. Ele sabia que eu passaria por Bremen e nem me deu o contacto com Brandler, que ainda vivia em Hamburg (morreu em 1967), onde também estive. Apenas forneceu-me o endereço um casal em Stuttgart, cujo nome não recordo, e me disse serem companheiros. Lá fui encontrá-lo, em um fim de semana, 30 de outubro, mas nada de conversa política consta de minhas anotações da viagem. Apenas registrei comentários sobre o grande número de trabalhadores estrangeiros, sobretudo italianos, que chegavam à Alemanha Ocidental. Sei, entretanto, que, desde o fim da II Guerra Mundial até 1959, lá existiu um grupo *Arbeiterpolitik*, ao qual pertenciam influentes membros de operários metalúrgicos, dentre os quais o redator do jornal. Mas parece que em 1960 já não mais

havia e o casal que encontrei era um resíduo de militantes.

É necessário, porém, não olvidar a influência que Sívio Frondizi, fundador do Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR-PRAXIS), de tendência trotskista, exercera na esquerda latino-americana, inclusive, discretamente, em Cuba. Essa organização, fundada em 1956, era anti-stalinista, mas, como a LSI e, em seguida, a ORM-POLOP, não aceitava as diretrizes dogmáticas da IV Internacional, embora defendesse, como nós, o princípio de que a revolução, nos países da América Latina, teria de avançar da etapa democrático-burguesa para o socialismo, porquanto a economia mundial capitalista estava unificada sob o predomínio do imperialismo americano. Era o substrato da teoria da revolução permanente, formulada por Trotsky.

Em 1959, após a vitória da revolução cubana, o piloto peruano Ricardo Naporí, exilado em Buenos Aires e ligado, foi a Havana e intermediou um convite para que Sívio Frondizi, a quem era ligado, para lá viajasse e conversasse com Che Guevara. Os dois – Che e Sívio Frondizi – entenderem-se. E Che, que havia lido, entretimentos, **La Revolución Permanente**, de Trotsky, que Ricardo Naporí lhe dera, concordou com a opinião de Sívio de Frondizi de que a revolução democrática em Cuba devia evoluir para o socialismo e de que seu destino dependia da revolução em toda a América Latina. Fidel Castro, por sua, fora filiado, quando estudante na Universidade de Havana, à União Insurreccional Revolucionaria (UIR), fundada por um trotskista e daí sua iniciação no marxismo.

Em abril de 1960, também como jornalista, acompanhei Jânio Quadros, candidato à presidência da República, na viagem a Cuba, juntamente com as mais diversas personalidades, inclusive Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas. Em Havana, ademais de Fidel Castro, com quem eu já estivera no Rio de Janeiro, em maio de 1959,

e de outros líderes da revolução, conheci Che Guevara, assisti a muitas de suas conversas com JQ e outros e, algumas vezes, tive oportunidade de falar a sós com ele, embora ligeiramente. No regresso, a comitiva passou em Caracas, alguns dias, e eu soube que Sílvio Frondizi lá se encontrava e havia colaborado com uma dissidência de esquerda do partido Acción Democrática na fundação do Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR), que depois deflagraria a luta de guerrilhas. Ricardo Naporí, atendendo à recomendação de Che Guevara, voltou para o Peru, onde se juntou à APRA-Rebelde, dissidência da Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), ocorrida em 1959 e que, sob a liderança de Luís de la Puente Uceda, Guillermo Lobatón e outros, tomou, em 1961, nome de Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR), como a fração de esquerda da Acción Democrática, na Venezuela. Durante o Congresso de Jundiáí, janeiro de 1961, Sílvio Frondizi esteve em São Paulo, na ocasião, acompanhado pelo jovem professor Marcos Kaplan. Se me bem recordo, a ORM, depois conhecida como POLOP, somente não se chamou Movimento da Esquerda Revolucionária porque foi ponderado que os stalinistas poderiam acrescentar à sigla MER um DA.

Não lembro de nenhum boletim com título de **Política Operária**, antes do Congresso de Jundiáí. Depois, tivemos publicado três números de um pequeno jornal, previamente ao lançamento da revista em 1962. O boletim, que existiu muito antes do Congresso de Jundiáí, foi "um jornalzinho chamado **Política Operária**, "e pelo nome já se vê a liderança do Erich", mimeografado, A Tarde pelo professor Antônio Cândido Melo e Sousa, juntamente com professor Eduardo Alcântara e um grupo de operários socialistas do Sindicato dos Gráficos, em São Paulo, por volta de 1947.

(<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/militancia-por-dever-de-consciencia?page=0,2#sthash.ZzswQyRx.dpuf>). Somente saíram dois números, com

notas sobre o momento político, mas nada teórico, segundo o professor Antônio Cândido. E o grupo não seguiu adiante. Erich Sachs desapareceu.

Erich Sachs, na sua autobiografia, contou que, depois de 1939, quando chegou ao Brasil, viveu "mais ou menos constantemente no Rio de Janeiro" e aprendeu, em seguida o ofício de gráfico, no qual trabalhou até 1948. De fato, desde que chegou ao Rio de Janeiro, não a São Paulo como Leovigildo Pereira Leal imaginou, ele não parou por muito tempo em nenhuma cidade, pelo menos até 1951. Conforme declarou no processo de naturalização nº 12101-54, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, depositado no Arquivo Nacional, morou no Rio de Janeiro, de junho de 1939, quando chegou ao Brasil, até 1942; em S Paulo de maio a junho de 1942; no Rio de Janeiro, de junho de 1942 a junho de 1947; em São Paulo, de junho de 1947 a junho de 1948; em Porto Alegre, de junho a dezembro de 1948; Rio de Janeiro, de dezembro de 1948 a novembro de 1950 no; de novembro de 1950 a maio de 1951 em Minas Gerais; em Petrópolis de maio de 1951 a outubro de 1951, quando voltou a morar no Rio de Janeiro até 1953. Não se refere que trabalho exerceu nem de que vivia. É possível que buscasse emprego.

O professor Antônio Cândido contou-me que conhecera Erich Sachs, por volta de 1942. Ele era então funcionário da Livraria Jaraguá, na rua Marconi 54, ponto de encontro dos intelectuais de São Paulo, nas décadas de 1940 e 1950. Essa livraria pertencia a Alfredo Mesquita e quem obteve o emprego para Erich Sachs foi o jornalista e tradutor Lívio Xavier (1900-1988), um dos fundadores, juntamente com Rodolfo Coutinho, Hilcar Leite, Aristides Lobo, Fúlvio Abramo, Mário Pedrosa, o poeta francês Benjamin Péret e o dirigente sindical João Costa Pimenta, da Liga Comunista Internacionalista, adepta da Oposição de Esquerda, liderada por Leon Trotsky. O professor Antônio Cândido também me disse que Erich Sachs foi para

Minas Gerais tratar-se de tuberculose e visitou-o, no hotel, em Belo Horizonte, onde ele se hospedara, a fim de participar do II Congresso da Associação Brasileira de Escritores, lá realizado, entre os dias 12 e 16 de outubro de 1947.

Erich Sachs, na opinião do professor Antônio Cândido, sempre foi uma figura enigmática. Tinha o costume de tomar dinheiro emprestado e não pagar, razão pela qual as pessoas passaram a evitá-lo. Era "facadista" - comentou o professor Antônio Cândido. Hermínio Sachetta, então dirigente da IV Internacional no Brasil, assim também falava e suspeitava de que Erich Sachs fosse da GPU (*Objedinjonnoje gossudarstwennoje polititscheskoje upravlenije*), a polícia secreta da União Soviética, cujo agente, o comunista espanhol Jaime Ramón Mercader del Río (1913-1978), havia assassinado Trotsky, no México, em 20 de agosto de 1940. Disse-o, àquela época, à minha tia Norma Moniz de Aragão e a muitas pessoas. Jamais acreditei que Erich Sachs fosse agente da GPU. Mas a mesma acusação, segundo me contou o prof. Antônio Cândido, Erich Sachs fazia contra o pintor e artista gráfico Axl Leskoschek (Albert von Leskoschek - 1989-1976), membro do KPÖ (Kommunistische Partei Deutsch-Österreichs, que participara de um levante operário na Áustria (1934) e se refugiara no Brasil, por volta de 1938/39.

De fato, em 12 de fevereiro de 1934, quando as forças da ditadura austrofascista de Engelbert Dollfuss (1892-1934), tentaram desarmar as milícias da Liga de Proteção da República (*Republikanischer Schutzbund*), organizada pelos social-democratas, em Linz, ocorreu a sublevação e estendeu-se a várias cidades industriais da Austria central e oriental. A guerra civil durou vários dias e a insurreição foi sufocada, com o massacre de mais de 300 operários e milhares de feridos. Os líderes do levante foram

executados e centenas de social-democratas, comunistas e militantes de esquerda foram internados em campo de concentração instalado na região de Wöllersdorf. E, provavelmente, foi essa a razão que também levou Zinaida Czaczkes a emigrar com o filho, em 1934, para a União Soviética, onde viviam seus pais, Efraim Schlojmon-Römer e Taube Baruckska.

Na sua autobiografia, Erich Sachs também contou que, de 1958 a 1960, em função de um acordo, atuou como "tradutor para a embaixada alemã no Rio de Janeiro, no departamento de imprensa", traduzindo o boletim diário de notícias e, de 1960 a 1962, teve "uma relação de trabalho estável nessa atividade", na qual continuou até 1964, "ainda que de forma mais limitada, como autônomo", com as mesmas "relações de contrato vigentes de 1958 a 1960". Em 1962, o diplomata Hans-Joachim Dunker (1927-2005), homem extremamente conservador, assumiu a função de *Pressereferent*, i. e., chefe do setor de imprensa da Embaixada, com quem Erich Sachs continuou a trabalhar e só deixou, em 1964, conforme declarou no IPM, por causa de uma lei que "obrigava o cidadão brasileiro a pedir licença ao presidente da República para exercer atividades em embaixadas estrangeiras, o que não quis fazer por ser brasileiro naturalizado". (1ª Auditoria da 1ª Região Militar - GB, em 11 de junho de 1964 (IPM - Depoimento de Erico Czaczkes Sachs - folhas. 368-371).

Erich Sachs requereu a nacionalidade brasileira, em carta ao presidente da República, datada de 5 de abril de 1954, na qual declarou "que não professa ideologias contrárias às instituições políticas e sociais vigentes no Brasil". Era perfeitamente compreensível que assim o dissesse.² A nacionalidade brasileira foi-lhe então concedida por decreto de 30 de agosto de 1955 (Processo nº 12 101-54). Porém, a lei que obrigava o cidadão brasileiro, sob pena

² Fundo/coleção Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), código do fundo 4T, unidade de guarda CODES, caixa nº 5.162, processo nº 12.101 /

1954, processo de naturalização de Erich Czaczkes. Arquivo Nacional.

de perder a nacionalidade, a pedir licença ao presidente da República para "aceitar, de governo estrangeiro, comissão, emprego ou pensão", no entanto, não era de 1964. Era a de Nº 818, de 18 de setembro de 1949, Art. 22. E ele havia trabalhado, antes, na Embaixada da Áustria e, depois, da Alemanha, com uma relação de "trabalho estável" de 1960 a 1962, e continuou nesse trabalho, até 1964, "ainda que de forma mais limitada, como autônomo", como antes de 1958 a 1960. (http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/sachs_erico.htm)

Se, no início dos anos 1940, Hermínio Sachetta, então dirigente da IV Internacional, desconfiava de que Erich Sachs era agente da GPU, havia, no início da década de 1960, certas reservas a seu respeito, entre militantes de outras correntes de esquerda, em virtude de que trabalhava na Embaixada da Alemanha Ocidental, ainda estabelecida no Rio de Janeiro. Não obstante eu e vários outros companheiros termos muitas boas relações com os militantes do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), organização política das Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, o jornal **A Liga**, na edição de 25 de dezembro de 1962, acusou a POLOP de ser uma "arapuca" da Alemanha Ocidental, por ter Erich Sachs emprego na embaixada de um país aliado dos Estados Unidos e ser um dos seus principais dirigentes. Qual a razão do ataque nem o Pedro Porfírio, então diretor de **A Liga**, se recorda. Eu, na época, defendi Erich Sachs. Para mim não importava que ele trabalhasse na Embaixada da Alemanha Ocidental. Mas estranhámos o fato de que ele não foi demitido e continuou na embaixada da Alemanha Ocidental, embora, como revelou em sua autobiografia, "de forma mais limitada, como autônomo", o que nunca nos disse. A Alemanha, dividida, configurava, porém, o principal teatro da Guerra Fria.

Theotônio dos Santos informou-me que os cubanos advertiram Vânia Bambirra, sua

esposa e também dirigente da POLOP, contra Erich Sachs, quando ela esteve em Havana, por indicação minha, a fim de participar as celebrações do 26 de julho (data do ataque ao Quartel de Moncada), em 1963. Pessoalmente, nunca ouvi nada, na Embaixada de Cuba, nem em Havana, contra ele. E não posso, realmente, aceitar e crer que Erich Sachs se tornasse agente ou colaborador (*Mitarbeiter*) do Bundesnachrichtendienst (BND), o serviço de inteligência da República Federal da Alemanha, então conhecida como Alemanha Ocidental.

Evidentemente, conquanto a desestalinização, iniciada no XX Congresso do PCUS, e o respaldo de Nikita Kruschiov a Cuba, contra os Estados Unidos, tornassem-nos mais simpáticos à União Soviética, nem Erich Sachs nem eu éramos a favor do regime totalitário stalinista, que Erich Honecker chamaria de "*Realsozialismus*", vigente na República Democrática Alemã (RDA), i.e., na Alemanha Oriental. Éramos socialistas, mas anti-stalinistas. Pensávamos, como Rosa Luxemburg, que "liberdade somente para os partidários do governo, somente para os membros de um partido - não importa quão numerosos eles sejam - não é liberdade. Liberdade é sempre liberdade dos que pensam de modo diferente". (Luxemburg, R. – "Zur russischen Revolution", in Luxemburg, Rosa - **Gesammelte Werke**, Band 4, 1990, p. 364).

Não sei até quando, na realidade, Erich Sachs trabalhou na Embaixada da Alemanha Ocidental. Mas sei, porque vi e li no processo de nacionalização, que ele publicou no Suplemento Comercial e Industrial de **O Estado de São Paulo**, de setembro de 1949, p. 14, um excelente artigo sobre "O problema econômico da nova Alemanha", previamente à fundação da República Federal da Alemanha (RFA), em 7 de outubro de 1949.

Na edição da revista **Manchete**, de 1º de agosto de 1957, Erich Sachs publicou, sob o título "O eixo do mundo passa por Bonn –

A 45 dias das eleições alemãs Konrad Adenauer fala a **Manchete** sobre os problemas de seu povo", uma entrevista a ele concedida pelo chefe de governo da Alemanha Ocidental, o *Kanzler* Konrad Adenauer, dirigente da CDU (União Democrática-Cristã).

Erich Sachs, na introdução, comentou que "suas (de Konrad Adenauer) respostas demonstram, como nossos leitores vão ler, a inegável envergadura de um excepcional estadista". O candidato adversário, nas eleições alemãs, era o social-democrata Erich Ollenhauer, que defendia uma aliança trans-européia, fora da OTAN, desvinculada, por conseguinte, dos Estados Unidos.

Não sei como Erich Sachs obteve a entrevista. Ele nada me disse, na época, e nunca me falou sobre ela, embora, em agosto de 1957, trabalhássemos juntos no **Diário da Noite**. E a viagem que ele fez à Alemanha foi certamente em 1958, quando contratado como tradutor/intérprete do serviço de imprensa da Embaixada no Rio de Janeiro. Nas declarações prestadas ao DOPS, disse que ficou à disposição de um grupo de convidados do governo de Bonn e, uma vez terminada a viagem, o Departamento de Imprensa do governo federal da Alemanha concedeu-lhe mais dez dias para viajar sozinho, pois ele queria conhecer o país, e assim viajou de trem para Stuttgart, Hannover, Bremen e Hamburg. A entrevista com o *Kanzler* Konrad Adenauer foi-lhe, provavelmente, entregue para publicação, antes de sua contratação pelo Serviço de Imprensa (Bundespreessamt) e ele a incluiu no processo pelo qual, sendo naturalizado, solicitou autorização para acrescentar Sachs ao seu sobrenome Czaczkes, como forma de comprovar a sua legitimidade pois já o usava havia anos. O advogado, a quem deu a procuração em 1959, foi José Martins Gomide, casado com minha tia Diva Moniz de Aragão.

Poucos meses depois, em 9 de novembro de 1957, Erich Sachs publicou um artigo muito

lúcido no **Correio da Manhã**, intitulado "Quarenta anos de Revolução Russa - Satélites e escritores: dois lados da medalha", no qual comentou "coexistência está sendo tacitamente admitida graças e o tremendo progresso das armas de destruição em massa tornaram improvável no imediato um conflito armado. A guerra não é um perigo agudo, mas em troca ela se tornou em estado latente que está sendo travado com armas diferentes. (...) A chamada coexistência competitiva foi aceita como um fato consumado nas relações internacionais". Esse artigo também foi incluído no processo com que requereu autorização para oficializar seu nome como Érico Czaczkes Sachs. Não sei através de quem ele publicou esse artigo no **Correio da Manhã**, em 1957, porém não é absolutamente certo que Erich Sachs passasse a pertencer ao seu corpo de redatores, a partir de 1962, ano em que meu tio Edmundo Moniz, diretor do Serviço Nacional de Teatro (SNT), órgão do então Ministério da Educação e Cultura (MEC), nomeou-o seu assessor de publicidade, devido, possivelmente, à mudança de sua relação de trabalho com a embaixada da Alemanha.

Quanto à revista **Política Operária**, ela foi legalizada e o título registrado em meu nome, como diretor-responsável, da mesma forma que **Movimento Socialista**. Ambas, para efeitos legais, tinham como sede o endereço da Editora Germinal, na Av. 13 de Maio, 23, s. 922, Rio de Janeiro, pertencente a um amigo meu e de meu tio Edmundo Moniz, o anarquista português, Roberto das Neves (1907-1981), que fugira para o Brasil em 1940, perseguido pela ditadura de Antônio de Oliveira Salazar (1989-1970). Essa mesma editora publicou, em 1961, a minha **Ode a Cuba**, como livreto, e esse poema, traduzido para o espanhol, por Felix Pita Rodriguez, da Embaixada de Cuba, foi publicado em Havana na importante e tradicional revista **Bohemia** e lido pela rádio de Havana, em 1º de maio de 1961.



POLÍTICA OPERARIA

Revista bimensal
N.º 5 - Janeiro-fevereiro, 1963 - Ano III
Diretor Responsável
Luís Alberto Dias Lima
Correspondência:
Caixa Postal 18.185 - São Paulo
Av. Treze de Maio, 23 - Sala 922
Rio de Janeiro
Av. Afonso Pena, 323 - Sala 7
Belo Horizonte

Os recursos que possibilitaram a publicação de **Movimento Socialista** e, depois, de **Política Operária**, que era impressa em São Paulo, foram meus e/ou obtidos por mim, mas nenhum de Cuba. Aluizio Leite Filho, filho de empresário, deve ter dado algum dinheiro, mas a contribuição dos militantes, que eram poucos e quase todos estudantes, era insignificante, nada podia financiar. A sede onde a direção da POLOP se reunia, no Rio de Janeiro, situava-se na Av. Almirante Barroso 6, sala 1.101, alugada ao Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), pertencente à Federação Anarquista do Rio de Janeiro, Integrante da Coordenação Anarquista Brasileira, com a qual, através de Roberto das Neves, eu estabelecera relações. Depois colocamos esse endereço no Rio de Janeiro como sede do jornal, quando a revista se tornou semanário, mais engajado na militância, devido ao recrudescimento da crise social e política, a fim de evitar qualquer problema para a Editora Germinal, de Roberto das Neves. Na sede do CEPJO, virtualmente, só havia móveis, mas os

agentes da repressão invadiram-na, em 1969, e Roberto das Neves foi um dos anarquistas presos. Era uma grande personalidade, um grande amigo, a quem eu muito estimava.

Outrossim, a verdade é que, na formação e orientação ideológica da POLOP, até a cisão em 1967, as ideias de Heinrich Brandler e August Talheimer, como já disse, não tiveram nenhuma influência nem podiam ter. Suas divergências com a Kommunistische Internationale (Komintern ou III Internacional) e com Trotsky eram muito específicas, relacionadas com diretrizes do KPD, desde o fracasso das insurreições de 1921 e 1923, na Alemanha, ao avanço do nazismo, no início da década de 1930, às questões econômicas e políticas na União Soviética. Brandler não era um teórico, mas um líder sindical, e fora expulso do KPD, em 1928, também sob acusação de desvio de dinheiro.

Teórico era August Talheimer, que Trotsky considerava demasiadamente "sociólogo" para ser um revolucionário, pois não

bastava somente compreender a "essência" do nazismo e discutir, em 1932, a forma pela qual Hitler podia capturar o poder, quando dúvida não havia de que ele daria um golpe, e necessário era impedi-lo de qualquer maneira. (TROTSKY, Leon. **Revolução e Contra-revolução na Alemanha**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 239). Porém, de sua autoria, até então, só fora publicado, no Brasil, a **Introdução ao Materialismo Dialético**, pela Livraria Cultura Brasileira, em 1934, e, muito posteriormente, "Marxismo e existencialismo", no diário **O Estado de São Paulo**, em 1947, por iniciativa de Erich Sachs, e na revista **Movimento Socialista**, da qual fui diretor. Ainda não havia em português o conjunto de aulas que Talheimer dera na Universidade Sun-Yat-Sen, em Moscou, de 5 de fevereiro a 23 de maio de 1927, e publicadas sob o título de **Einführung in den dialektischen Materialismus** (Verlag für Literatur und Politik - Wien-Berlin - 1928). Essa obra – **Introdução ao Materialismo Dialético** – a melhor e a mais didática sobre o método dialético, eu lera, em espanhol, quando adolescente, por sugestão de meu tio Edmundo Moniz, e foi por mim traduzida, em 1968/69, para a Editora Laemmert, mas somente publicada, dez anos depois, 1979 (sem nenhuma introdução) pela Editora Ciências Humanas, de São Paulo, em virtude de minha prisão pelo CENIMAR, em dezembro de 1969.

Também havia programado uma edição de **Marxismo e Existencialismo**, tradução de Wladimir Gomide e não soube, até recentemente, que a Laemmert chegou a publicá-la, em 1970, pois em novembro de 1969, quando começou o julgamento do meu processo pelo Conselho da 1ª Auditoria de Marinha passei para a clandestinidade. Refugi para a pequena granja de aves, que possuía na velha Estrada Rio-São Paulo, a aguardar o resultado e, acertar meus negócios, antes de seguir para São Paulo. Tempo, no entanto, não tive. Condenado a 5 (cinco) anos de reclusão, com base na Lei de Segurança Nacional e

no Código Penal Militar, fui preso nos primeiros dias de dezembro de 1969 por um destacamento do CENIMAR, do qual participava um estrangeiro, decerto agente da CIA, que falava mal português, com forte sotaque e um olho azul defeituoso.

A prisão fez-me largar a direção da Editora Laemmert, de propriedade de Antônio de Sousa Sobrinho e da qual eu tinha pequena participação acionária, como da Editora Melso, que, no início da década de 1960, havia publicado, além de meus livros, obras de Bukharin, como **O Imperialismo e a economia mundial**, cuja tradução do francês solicitei e paguei a Ruy Mauro Marini para fazer, bem como as memórias de Agildo Barata e muitas outras obras de esquerda.

As linhas doutrinárias da POLOP, nas suas origens, provinham de Trotsky e Rosa Luxemburg, que defendiam o caráter internacional e ininterrupto da revolução socialista. E Erich Sachs não foi, como Victor Meyer fez crer, a "figura central da ORM-POLOP", pelo menos até 1966, quando começou seu esfacelamento. Ele e eu nunca tivemos divergências teóricas nem as posições de Brandler e Talheimer, com respeito ao Estado soviético e à revolução na Alemanha, nos anos 1920-1930, nem com respeito à ameaça nazista, no início dos anos 1930, se aplicavam ao Brasil e à América Latina em geral. Eram específicas.

Em sua **História da POLOP**, Leovigildo Pereira Leal, escreveu que "a POLOP introduz no Brasil, enquanto agrupamento político organizado, a tese do caráter socialista da revolução brasileira não meramente de forma circunstancial, episódica ou parcial a partir de postulações de palavras-de-ordem táticas, mas a partir de uma análise da formação social, de seu desenvolvimento histórico..." (LEAL, Leovigildo Pereira. **História da POLOP**, p. 30). O autor desse livro, para o qual a POLOP configura uma abstração, demonstra que, realmente, que muito pouco ou mesmo nada conhece de sua história. O fato foi que, em 1957/58, Erich Sachs e eu,

como dirigentes da Juventude Socialista, no Rio de Janeiro, mantínhamos contactos com dissidentes do PCB, liderados por Agildo Barata, após a revelação dos crimes de Stalin por Nikita Kruschiov, no XX Congresso do PCUS, e eu colaborei na revista **Novos Tempos**, que Oswaldo Peralva dirigia. Aí publiquei um artigo, que assinei apenas como Luiz Alberto, sem sobrenome, e intitulado, se a memória não me falha, "O caráter socialista da revolução no Brasil". O prof. Frederico José Falcão, no artigo sobre **Os 40 anos da Revista Novos Tempos - Marxismo e Renovação no Brasil**, observou:

"Uma curiosidade que fez de **Novos Tempos** uma revista da maior importância no campo teórico-político da época foi a publicação de documentos e artigos que fugiam completamente das posições em geral defendidas pelo corpo de redatores da revista. Um bom exemplo disso deu-se com a divulgação do documento da seção brasileira da IV Internacional (trotskista) sobre o 40º aniversário da Revolução Russa (9), ou o texto assinado por Luís Alberto, defendendo o caráter socialista da revolução brasileira e criticando a aliança de classes no processo de desenvolvimento nacional. Para esse autor, o momento do nacionalismo com aliança de classes havia passado quando do fracasso desse tipo de movimento na Bolívia. Segundo ele, a atividade da classe operária no Brasil (greves, reivindicações salariais) punha em xeque a frente nacionalista porque as massas sentiam que o explorador era um só, fosse particular ou estatal." (http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/118_Os%2040%20anos%20da%20revista%20Novos%20Tempos%20-%20Frederico%20Falcao.pdf)

Nesse estudo, cuja íntegra o professor Frederico José Falcão me enviou por e-mail e consta do seu livro **Os Homens do Passo Certo – O PCB e a Esquerda Revolucionária no Brasil (1942-**

1961(Editora Sundermann), ele observou que

"o articulista Luis Alberto rompe com as visões anteriores ao caracterizar o Brasil como capitalista e a aliança proletário-burguesa para o desenvolvimento nacional como retrocesso. A burguesia "progressista" é incompetente para cumprir seu papel no desenvolvimento e, por isso, vive às custas do Estado para evitar a concorrência do imperialismo. Neste sentido, cabe ao proletariado aprofundar uma consciência para si com reivindicações próprias e não slogans nacionalistas. Uma revolução no Brasil seria um grande exemplo para trabalhadores latino-americanos e, até, para os dos Estados Unidos da América. Coloca o perigo do fracasso de movimentos nacionalistas de alianças de classe como havia acontecido na Bolívia na primeira metade dos anos 50 e o risco do atrelamento operário a uma ditadura do tipo bonapartista, dada sua consciência de base nacionalista sem tradição de luta, criada pelo PCB e pela carta-testamento de Getúlio Vargas. A revolução, para o Autor, estava madura em escala mundial e a defesa do nacionalismo pode retardá-la. A defesa de reivindicações próprias da classe operária (realizações de greves, aumentos salariais) colocavam em cheque os setores burgueses nacionalistas e seus limites, além de superar os limites de lideranças paternalistas e chocar-se com líderes partidários da esquerda como Prestes em 1945. Propõe um programa transição para o socialismo com reivindicações específicas (escala móvel de salários, controle dos lucros dos patrões, central sindical, reforma agrária) preparando as transformações socialistas".

O artigo "O caráter socialista da revolução no Brasil" Timothy F. Harding, da Stanford University, citou como evidência de que uma tendência mais radical estava a emergir na esquerda brasileira, sem saber e indicar também quem era Luiz Alberto, o autor, na sua tese de doutoramento, publicada,

posteriormente (1973), com o título de **The political history of organized labor in Brazil.** (Thesis (Ph.D.) Graduate Division Special Programs, Hispanic American Studies, Stanford University, California, 1968).

O Luís Alberto que assinou artigo "O Caráter Socialista da Revolução no Brasil", na revista **Novos Tempos**, nº 2, p. 28 e seguintes, era, porém, o mesmo Luís Alberto Dias Lima, que foi diretor da revista **Movimento Socialista**, criada por ele, juntamente com Eric Sachs, Eros Martins Teixeira e outros, e depois diretor de **Política Operária**, i. e., o mesmo Luiz Alberto Moniz Bandeira, cujo nome completo é Luiz Alberto Dias Lima de Vianna Moniz Bandeira. A identificação de que Luiz Alberto Dias Lima era o mesmo Luiz Alberto Moniz Bandeira, juntamente com falsas acusações, abrindo para a repressão e comprometendo, desnecessariamente, seu nome, foi feita, após o golpe militar de 1964, por Erico Czaczkes Sachs e Rui Mauro de Araújo Marini, em Inquéritos Policiais-Militares (IPMs), constantes dos autos da 1ª Auditoria da 1ª Região Militar - GB, em 11 de junho de 1964 (IPM – Depoimento de Erico Czaczkes Sachs – folhas. 368-371) e da 1ª Auditoria de Marinha – GB (IPM nº 8.216/65 - Depoimento de Rui Mauro de Araújo Marini – Folhas 120-123 – Prestado em 3 de setembro de 1964).

Com respeito à revista **Novos Tempos**, ela terminou em maio de 1959. O título pertencia a um velho stalinista sectário, o editor Calvino Filho, e ele o tomou porque, assinado por mim - Moniz Bandeira - a revista publicou um artigo em defesa de Trotsky, cujas denúncias dos crimes de Stalin Kruschiov comprovara no XX Congresso do PCUS. Osvaldo Peralva, diretor da revista, defendeu a liberdade de discussão e solidarizou-se comigo. Esta razão que me levou, juntamente com Eric Sachs, Eros Martins Teixeira, Isaac Axelrud, Paulo Singer e outros a criar, em 1959, a revista **Movimento Socialista**, em cujo

segundo número, saiu um artigo de August Talheimer - "Marxismo e Existencialismo" – publicado anteriormente em **O Estado de São Paulo**, na segunda metade dos anos 1940, por iniciativa de Erich Sachs, segundo me contou o professor Antônio Cândido Mello e Souza.

A teoria sobre o caráter socialista no Brasil, que defendi em artigo na revista **Novos Tempos**, em 1957, não era nova, muito menos original da POLOP. Era a essência da doutrina de todas as tendências trotskistas, que surgiram e se organizaram no Brasil, quando a dissidência do PCB, ocorrida entre 1928 e 1930, constituiu-se, em 1931, como Liga Comunista Internacionalista, com a participação de Mario Pedrosa, Rodolfo Coutinho, Lívio Xavier, Benjamin Péret (poeta surrealista francês então no Brasil), Aristides Lobo, entre outros, e ligada diretamente à Oposição de Esquerda. Não é absolutamente certo afirmar que "fomos (POLOP) os primeiros e por muito tempo os únicos no país que se deram ao trabalho de uma fundamentação teórica e que procuraram tirar as consequências práticas da situação". ("Caminho e caráter da revolução brasileira" – Érico Sachs (Ernesto Martins)

(<http://www.marxists.org/portugues/sachs/1970/mes/caminho.htm#topp>) A verdade é que Erich Sachs não introduziu, no Brasil, qualquer nova linha dentro do pensamento marxista nem formulou estratégia revolucionária distinta das existentes. Ele tão somente endossava a teoria sobre caráter socialista da revolução no Brasil e, no artigo "Caminho e caráter da revolução brasileira", datado de 1970, ressaltou que a POLOP, "desde a sua fundação (pode-se dizer que foi essa uma das razões de sua fundação), defendeu a tese da revolução socialista como única solução possível dos problemas sociais no continente e especificamente no Brasil".

A fundamentação do caráter socialista da revolução no Brasil, com base em levantamento econômico e dados

estatísticos do início dos anos 1960, foi de fato feita por mim, em **O Caminho da Revolução Brasileira**, livro publicado em 1963 pela Editora Melso. Aí desenvolvi a tese que sustentei no artigo "O caráter socialista da revolução no Brasil", publicado no nº 2 da revista **Novos Tempos**, em 1957, demonstrando que o Brasil deixara de ser um país semicolonial e agrário, conforme a teoria do PCB, e já apresentava o perfil de uma economia capitalista madura. O valor da produção industrial, inclusive com um setor bastante adiantado de máquinas e equipamentos, superava o valor da produção agrícola, acelerando a concentração tanto do capital quanto da força de trabalho (cerca de 4 milhões de operários), ao mesmo tempo que o rápido processo de urbanização, intensificado por inaudito êxodo rural, acentuava o predomínio da cidade sobre o campo.

O economista João Pinheiro Neto, diretor da Superintendência da Política Agrária (Supra), no governo do presidente João Goulart, comentou, em sua coluna no **Diário de Notícias** ("Comunismo bossanova", 15 de abril de 1963), que esse livro – **O Caminho da Revolução Brasileira** - era "radical nas conclusões", se bem que, ao seu ver, "exato na análise das fraquezas e das contradições do desenvolvimento brasileiro". E, por sua vez, Darcy Ribeiro, ao relembrar o início da década de 1960, no livro **Aos trancos e barrancos: Como o Brasil deu no que deu** (Editora Guanabara Dois, 1985), salientou que

"Três livros teóricos refletem a importância da revolução cubana, contestando a tese ortodoxa que caracterizava a revolução latino-americana como simplesmente anti-imperialista e anti-feudal: **Perspectiva da Revolução Brasileira**, de Marcos Peri; **O Caminho da Revolução Brasileira**, de Moniz Bandeira; e **Reforma ou Revolução**, de Wanderley Guilherme.

O prof. José Paulo Netto escreveu, em "Nota sobre o marxismo na América

Latina", que, naquele período (início dos anos 1960), L. A. Moniz Bandeira, iniciando sua carreira intelectual, com **O Caminho da Revolução Brasileira**, "expressa suas posições trotskistas". Equívoco. Não estava a iniciar minha carreira intelectual. Era formado em Direito, já havia publicado, em novembro de 1961, o livro **O 24 de agosto de Jânio Quadros**, ademais de três livros de poemas e haver escrito artigos em diversos jornais, desde os 15 anos de idade. E a epígrafe do livro era de Fidel Castro, na II Declaração de Havana, quando afirmou que "El deber de todo revolucionario es hacer la revolución. Se sabe que en América y en el mundo la revolución vencerá, pero no es de revolucionarios sentarse en la puerta de su casa para ver pasar el cadáver del imperialismo (...)". Porém, os militantes do PCB percebiam as teses por mim defendidas – e das quais Erich Sachs não discordava e nada tinham a ver com Brandler e Talheimer – como trotskismo, ainda que eu nunca houvesse militado na IV Internacional. Essa obra expressava, sim, as teses básicas da ORM-POLOP e o número 7 da revista publicou, às pag. 14, antes do artigo de Eurico Mendes (Erich Sachs) o seguinte anúncio:

LEIA

"O CAMIINHO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA" de **MONIZ BANDEIRA**. UMA ANÁLISE EM PROFUNDIDADE DA CRISE BRASILEIRA. UMA VISÃO LÚCIDA DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO DO PAÍS, À LUZ DA TEORIA MARXISTA. *À venda nas livrarias*

Erich Sachs, no artigo "Caminho e Caráter da Revolução Brasileira", de 1970, referiu-se aos "trabalhos pioneiros de companheiros de outros países latino-americanos, como o equatoriano Manuel Agustin Aguirre", que esteve no Brasil e com quem também manteve contacto, mas esqueceu de mencionar Sílvio Frondizi, embora nenhum deles tivesse direta ou indiretamente influenciado as nossas

posições, que coincidiam, devido às fontes teóricas. Essas fontes teóricas estavam em Trotsky, Rosa Luxemburg, Lenin ("Teses de Abril"), conquanto, de um modo ou de outro adaptadas, às circunstâncias dos respectivos países, e a refletir o e condições o espírito da época, nos anos 1950 e 1960, década em que ocorreu o XX Congresso do PCUS, enquanto os povos na Bolívia, Guatemala, Venezuela, Cuba e outros países se rebelavam e os Estados Unidos tratavam de cravar ainda mais as garras e impor sua dominação sobre a América Latina.

A Liga Socialista Independente, sob inspiração de Hermínio Sacchetta e de cujo

programa, em 1956, colaborei na elaboração, constituiu-se segundo os princípios da democracia interna, "que implicava a liberdade de consciência como consciência da necessidade de disciplina livremente consentida". E sustentou os princípios da revolução permanente, sem estancar nas reformas democrático-burguesas, conforme Trotsky propugnava, mas sem os dogmas e o sectarismo da IV Internacional, como se pode ler no artigo "O capitalismo de Estado e o programa da LSI", nº 3 do jornal **Ação Socialista**, da LSI, de junho de 1959, e assinado por A. Barreto, pseudônimo de Alberto Luiz da Rocha Barros:

A teoria da Revolução Permanente tem um significado extremamente importante para os países subdesenvolvidos. Estes vivem nas condições da dominação mundial do Imperialismo, razão pela qual, o seu DESENVOLVIMENTO TEM UM CARÁTER COMBINADO, por reunir ao mesmo tempo, as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da ciência e da civilização capitalistas. Devido a isto, nesses países, o proletariado vê-se obrigado a combinar a luta pelas tarefas mais elementares da democracia burguesa — a solução da questão agrária e a expulsão do Imperialismo — com as tarefas da Revolução Socialista. Estas tarefas, ao

A Juventude Socialista, que Erich Sachs e eu organizamos, no Rio de Janeiro, seguiu a mesma doutrina, endossada, posteriormente, pela ORM-POLOP, ao fundir-se com a LSI, e também não adotou as normas do centralismo-democrático, do bolchevismo, por ser tão somente adequadas às circunstâncias da Rússia, sob o despotismo czarista. Ainda que admirássemos Lênin, partilhávamos da crítica de Rosa Luxemburg ao bolchevismo e ao encaminhamento que ele imprimiu à revolução russa e terminou por gerar o stalinismo, i.e., a gerar, como ela previu,

"uma política de súcia, uma ditadura, certamente, mas não uma ditadura do proletariado e sim uma ditadura de um punhado de políticos, isto é, ditadura no sentido burguês, no sentido da dominação jacobina", e acarretar o asselvajamento da vida pública: atentados, fuzilamento de reféns etc." (Luxemburg, R. – *Zur russischen Revolution*", in Luxemburg, Rosa - **Gesammelte Werke**, Band 4: August 1914 bis Januar 1919 - Band 4, Dietz Verlag, 1990, p. 332).

O que muito fortaleceu a posição teórica da POLOP, diante do PCB, foi a proclamação de Fidel Castro, segundo a qual a revolução cubana era "*socialista y democrática de los humildes, con los humildes y para los humildes*", feita publicamente, em 16 de abril de 1961, com o propósito de constranger a União Soviética a defendê-la contra a iminente invasão organizada pelos Estados Unidos e prenunciada pelo bombardeio dos aeroportos da ilha. E ao declarar socialista o caráter da revolução cubana, Fidel Castro desfechou um golpe decisivo sobre a doutrina que Stalin e seus epígonos batizaram com o rótulo de marxismo-leninismo, pois fora realizada não por um partido supostamente operário, constituído sob as normas do chamado centralismo-democrático e rotulado de comunista, mas pelo Movimiento 25 de Julio (M-26-7), uma organização composta, sobretudo, por elementos das classes médias e que, no curso da guerra de guerrilhas, passou a incorporar camponeses (*guajiros*) e trabalhadores rurais ao Exército Rebelde. Os dirigentes comunistas consideravam a revolução cubana estranha ao modelo por eles reconhecido e julgavam Fidel Castro e seus companheiros um "grupo inexperiente, com formações ideológicas diversas e pouco definidas". Em 1959, ouvi o então secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes chamar Fidel Castro de "aventureiro pequeno-burguês", numa entrevista coletiva à imprensa.

Em 1962, quando se formou, o Partido Unido de la Revolución Socialista de Cuba (PURSC) e Fidel Castro expulsou Anibal Escalante e outros velhos comunistas sectários, oriundos do PSP (Partido Socialista Popular como se chamava o PC), Miguel Brugueras del Valle, militante do Movimiento 26 de Julio (M-26-7), desde 1955, membro da Dirección de Inteligencia e designado como diplomata na Embaixada de Cuba, no Rio de Janeiro, convidou-me para as celebrações do 26 de julho, juntamente com militantes do PCB, e, combinado com ele, perguntei a Fidel, durante conversa com todos os membros da

delegação, qual o papel a burguesia e o caráter da revolução nos países da América Latina. Fidel respondeu exatamente aquilo que Miguel Brugueras e eu queríamos (e já sabíamos de antemão) que os militantes do PCB ouvissem: a burguesia estava intimamente entranhada com os interesses do imperialismo americanos e a revolução só poderia assumir um caráter socialista:

"A revolução da América Latina é de âmbito continental e não está circunscrita ao cenário de uma ilha pequena como a nossa. A burguesia em Cuba não desempenhou nenhum papel no processo revolucionário, e não foi ela quem fez a revolução."

Com essas palavras, Fidel Castro, após larga exposição, sintetizou resposta à pergunta que lhe fiz. A íntegra taquigrafada da entrevista - perguntas e respostas - a revista **Política Operária** publicou no Brasil, na edição nº 4, Ano I, outubro de 1962, pp. 19-23. O PCB pasterizou-a. Eliminou essa passagem que contradizia com a sua linha política, de aliança com a burguesia, apenas "anti-feudal e anti-imperialista".

Eu me havia ligado, emocionalmente, à revolução cubana a partir de 1956, quando a guerrilha começou em Sierra Maestra. Em maio de 1959, estive com Fidel Castro, quando ele passou pelo Rio de Janeiro ao regressar de Buenos Aires. Lá ele fora participar da reunião do Comitê dos 21, criado para empreender a Operação Pan-Americana (OPA), que o presidente Juscelino Kubitschek propusera em carta ao presidente Dwight Eisenhower, então presidente dos Estados Unidos, após as hostilidades com que seu vice, Richard Nixon, fora recebido nos países da América do Sul, especialmente Peru e Venezuela.

Sempre mantive estreito contacto com Cuba, desde 1960, quando lá estive, como jornalista, na comitiva de Jânio Quadros, então candidato à presidência do Brasil. No início de abril de 1961, o chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, com quem passei a ter muito boas relações de amizade desde

que viajáramos na comitiva de Jânio Quadros a Havana, deixou-me saber que o Itamaraty recebera informes sobre preparativos para a invasão da ilha, o que o governo do Brasil condenava, pois continuava a defender a soberania e o direito de Cuba à auto-determinação. Não pediu reserva. E essa informação transmiti ao embaixador Joaquín Hernández Armas, então chefe embaixada cubana, ainda no Rio de Janeiro. À mesma época, escrevi e publiquei no jornal **O Metropolitano**, distribuído com o **Diário de Notícias**, e em livreto, pela Editora Germinal, a **Ode a Cuba**, que causou repercussão na imprensa. O crítico literário Hélio Viana comentou que o poema possuía "um rasgo emocional muito bem tramado", era um "poema válido" ainda que ele discordasse da ideologia política do autor e levasse "um choque quando o poeta chega a louvar o 'paredón', mas o poeta tinha "razões pessoais muito pessoais dentro de si para assumir essa defesa". (**Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 23/06/1961). E Rui Facó, no jornal **Novos Rumos**, do PCB, escreveu que "os anseios de transformações revolucionárias estão entre nós e Moniz Bandeira soube captá-los e transmiti-los. Sua **Ode a Cuba** é um canto à revolução na América". (**Novos Rumos**, Rio de Janeiro, semana 11 a 17 de agosto de 1961). Esse poema foi traduzido para o espanhol e publicado em Havana, na revista **Bohemia**.

A revolução em Cuba ainda se configurava como tipicamente latino-americana, um modelo alternativo para o socialismo implantado por Stalin na União Soviética. Lembro-me de haver lido um artigo de Che Guevara publicado em **Verde Olivo** ou outra revista cubana, em 1960 ou 1961, no qual ele aparentemente previa o estabelecimento de um Cuba de um regime socialista semelhante ao da Iugoslávia. E as minhas ligações se tornaram ainda mais freqüentes, depois que Miguel Brugueras e outros cubanos, ligados ao M-26-7, assumiram as funções diplomáticas no Rio de Janeiro. O fato de que eu não pertencia

ao PCB, levou-os a terem ainda mais confiança em mim e a estreitar mais o relacionamento comigo, porquanto eles – do M-26-7 – estavam em conflito com os militantes do Partido Socialista Popular, cujos dirigentes, como Anibal Escalante e outros stalinistas pretendiam assenhorear-se do Partido Unificado da Revolução Cubana e, se possível, afastar Fidel Castro do poder, com o apoio do KGB e do embaixador da União Soviética, Sergei M. Kudryavtsev. (Sobre o tema, vide Moniz Bandeira, L. A. **De Martí a Fidel - A Revolução Cubana e a América Latina**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2a. edição, pp. 408-418.)

Vivenciei todos esses acontecimentos. Um documento do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), desclassificado e depositado no Arquivo Nacional, informou que Miguel Brugueras dirigiu as "operações subversivas", que "envolviam as organizações comunistas brasileiras por intermédio de tão bem conhecidos comunistas como Moniz Bandeira, João Amazonas e Maurício Grabois". (CISA-RJ – Referência: difusão: Exmo. Sr. Ministro da justiça - Difusão anterior: ac/sni - dsi/mj - ci/dpf - Anexos- 1- um dossier (07 folhas) 2. Notícia do jornal "opinião", de 01 ago. 75 - Divisão de Segurança e Informações - Informação n.º 577/75 /DSI/MJ - data: 02 set 75- BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.271 - UD119 - Arquivo Nacional).

Não é certo que Miguel Brugueras dirigisse "operações subversivas" da POLOP ou do PC do B. Os informes dos serviços de inteligência do Brasil, ao tempo do regime militar, contêm inúmeras fantasias e invenções, tão ridículas quanto estúpidas, e quase sempre é difícil extrair o que há de verdadeiro, quando se realiza a pesquisa. Não sei se Miguel Brugueras tinha ligações com João Amazonas e Maurício Grabois, dirigentes do PC do B. O que posso dizer é que comigo os contactos eram realmente freqüentes e o **Jornal dos Diários Associados**, no Rio de Janeiro, chegou ao

ponto de acusar a mim e a Aroldo Wall, diretor de Prensa Latina no Rio de Janeiro, de sermos "agentes de Fidel Castro", o que nunca foi verdade, em uma das três reportagens, publicadas, ou melhor, plantadas pela CIA, nos dias 28, 29 e 30 de janeiro de 1963, sob o título geral de "Cuba exporta a revolução".

As reportagens tratavam da documentação entregue a Raúl Cepero Bonilla, ex-ministro do Comércio (1959-1960) e presidente do Banco Central de Cuba, que estivera no Rio de Janeiro, chefiando a delegação à Sétima Conferência Regional da FAO para a América Latina e o Caribe. Ao regressar a Havana, no dia 27 de novembro de 1962, o Boeing 707, da Varig, em que viajava, caiu quando tentava aterrissar no aeroporto de Lima (Peru), e todos os passageiros morreram. Entre os destroços, foi encontrada com Cepero Bonilla uma pasta de couro, contendo os relatórios descobertos no campo de treinamento em Goiás, nos quais os militantes do Movimento Revolucionário Titadentes (MRT) - Carlos Franklin Paixão de Araújo e Tarzan de Castro – explicavam os atrasos nos preparativos para a luta armada e acusavam Clodomir Moraes de corrupção e malversação de recursos recebidos. Não se pode descartar que o desastre houvesse resultado de sabotagem da CIA, informada, talvez, da existência dos documentos entregues Raúl Cepero Bonilla. Seus agentes estavam decerto infiltrados em todos os movimentos sociais e organizações políticas no Brasil.

Raul Roa Kouri, filho do chanceler de Cuba, Raul Roa Garcia, que assumiu a chefia embaixada, em 1963, tornou-se meu amigo, assim como Miguel Brugueras, e com ele continuei a manter algum contacto, após o golpe militar, quando embaixador na ONU e no Vaticano, de onde regressou para Havana em 2005. As últimas vezes em que estive Brugueras foi em Buenos Aires, quando lá ele foi embaixador, no início dos anos 1990, e em Havana, em dezembro de 1995. Ele faleceu, aos 66 anos, em 19 de

agosto de 2006. A Embaixada de Cuba, porém, jamais deu qualquer recurso financeiro à POLOP.

Na revista **Política Operária** publiquei um artigo (assinando Moniz Bandeira), intitulado "O Internacionalismo Proletário e a Revolução Latino-Americana" (**Política Operária**, nº 7, ou. 1963, Ano III, pp. 53-55), no qual tracei as diretrizes internacionalistas da ORM-POLOP, e cujos últimos parágrafos refletiam as circunstâncias em que foram escritos e a longa conversa de quatro horas, que tive com Che Guevara, no Ministério da Indústria, em julho de 1962, quando estive em Havana, em julho-agosto de 1962.

Che Guevara chegou ao Ministério da Indústria, no momento em que, sentado, na entrada do seu gabinete, eu conversava com Jorge Ricardo Masetti, o Comandante Segundo, que depois (1964) morreria ao tentar implantar o foco de guerrilha em Salta, na Argentina. Levantei-me e apertei-lhe a mão. Ele me conhecia desde 1960, quando estive pela primeira vez em Havana e assisti às suas diversas conversas, inclusive com Jânio Quadros, e, por vezes separadamente, trocamos algumas palavras. Entreguei-lhe exemplares da revista **Política Operária** e da **Classe Operária**, do PC do B, porém ele me disse que não compreendia português. Só poderia ler as publicações se fossem traduzidos. Em seguida, convidou-me para voltar à meia-noite, a fim de conversarmos. Era o costume de Che quando queria tratar com alguém, a sós, tranquilamente, sem que fosse interrompido. Assim o fiz. Retornei às 24hs.

Durante a conversa, que durou até às 4hs da madrugada, e abordamos a situação do Brasil e da América Latina, comuniquei a Che, a pedido de Mário Alves, do Comitê Central do PCB, a informação de que membros das Ligas Camponesas e integrantes do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), treinando guerrilha em algumas fazendas, ameaçavam os militantes comunistas de fuzilamento, acusando-os de contra-revolucionários por não apoiarem a

luta armada, razão pela qual alguns deles até mesmo já se dispunham a denunciar ao Exército a existência daqueles campos de treinamento. Ao ouvir a advertência de que, se denunciados, seriam presos pelo Exército, Che disse: “*Ya fueron presos*”. E tirou um telegrama, recebido pela Prensa Latina, noticiando que um irmão de Francisco Julião e outros militantes das Ligas Camponesas haviam sido aprisionados. Depois, chamou e colocou-me em contacto com John William Cooke, argentino, líder da esquerda peronista, que estava a trabalhar na Prensa Latina, de modo que me mantivesse informado do que ocorria no Brasil. Conquanto Che Guevara, se a memória não me falha houvesse mencionado Pernambuco, onde o governo de Miguel Arraes (1962-1964) prendera militantes das Ligas Camponesas, o campo de treinamento desbaratado, em meados de 1962, foi provavelmente o existente no Estado de Goiás.

Na conversa, expus a Che nosso entendimento de que a abertura de focos de guerrilha, no Brasil, não era conveniente, enquanto a democracia funcionasse e João Goulart estivesse no governo, nem teria sucesso uma vez que o principal suporte da economia brasileira não estava mais na produção agrícola, no campo, mas na indústria, nas cidades, em São Paulo e em outras do sul do país. A luta de guerrilha não tinha meios de criar a uma situação em que as classes dominantes não mais pudessem conservar o *status quo*, como acontecera em Cuba, quando as forças do Exército Rebelde ocuparam Las Villas e cercaram Santa Clara, afetando toda a produção de açúcar e causando enormes prejuízos às empresas americanas, sobretudo a United Fruit Co.

De fato, a guerrilha havia funcionado em Cuba, porque desorganizou uma economia predominante agrária, cuja agro-indústria e o comércio exterior se baseavam na monocultura do açúcar, ademais de que lá havia feroz ditadura, a do sargento Fulgencio Batista, sustentada pelos Estados Unidos, desde 1933. Che não discordou.

Havia considerado inviável iniciar a luta armada em países onde ainda a democracia funcionasse ou, pelo menos, conservasse uma aparência de legalidade e não houvesse esgotado a possibilidade de luta legal. Essas ponderações o próprio Che Guevara fizera no livro **Guerra de Guerrilhas**, traduzido para o português por Maurício Grabois, a favor do qual Augusto Freire Belem, da dissidência do PCB, liderada por Agildo Barata, e eu, como advogados, impetramos mandato de segurança, quando o ministro da Justiça, Alfredo Nasser, ordenara que fosse apreendido, em fevereiro de 1962.

Também comentei com Che o fato de que as organizações de esquerda, que mais se identificavam com a revolução cubana e mais efetivamente se empenhavam em defendê-la, eram independentes, i. e., não eram vinculadas aos partidos comunistas. Fidel Castro e Che Guevara, àquele tempo, atraíram para Cuba militantes de todas tendências de esquerda, sem discriminação. E, na ocasião, informei a Che que, lá em Havana, eu estava a manter entendimentos com Luís de la Puente Uceda, dirigente do MIR, seu companheiro Guillermo Lobatón e Hector Bejar Rivera, do Ejército de Liberación Nacional (ELN), formado por dissidentes do PC do Peru, bem como com Ernesto Benado e Jorin Pilowsky e Enrique Sepúlveda, dirigentes da Vanguardia Revolucionaria Marxista (VRM), do Chile, predecessora do MIR chileno, e Pedro Abella, dirigente do Movimiento Obrero Estudiantil Campesino (MOEC), embrião do Ejército de Liberación Nacional (ELN), da Colômbia.

A minha idéia, conforme lhe expus, era de que essas e outras organizações revolucionárias, independentes dos partidos comunistas, formassem uma Internacional latino-americana. E daí que depois firmei com Luiz de la Puente e demais companheiros do Peru, Chile, Colômbia e, se não me engano, mais um do Equador, a minuta de um documento, como proposta preliminar de uma organização continental, que levei para o Brasil e submeti tanto à

POLOP quanto ao PC do B. O que, entretanto, o PC do B pretendia era a adesão da POLOP à sua estrutura, de acordo com a concepção de que só podia haver um partido da classe operária, e atraiu a VRM para a órbita da China, mas ainda assim nada foi adiante. Isso não impediu que continuássemos a colaborar com a VRM e com o PC do B. Publiquei um artigo no jornal **El Rebelde**, da VRM, e Fernando Valdés, codinome de militante chileno, que não recordo quem foi, enviou artigos para **Política Operária**, quando se tornou semanário, no início de 1964. Outrossim, publiquei dois artigos no jornal do PC do B, **Classe Operária**, um dos quais sobre Rosa Luxemburg e sua teoria de que a revolução era como um trem: ou subia a encosta em um só impulso ou voltaria para trás de seu ponto de partida, o que significava, em outras palavras, a teoria da revolução permanente.

No curso da conversa no Ministério da Indústria, Che reiterou o que me dissera em 1960, i. e. que a melhor forma de expressar a solidariedade com Cuba era conclamar os sindicatos, em todos os países, a deflagrarem a greve geral, caso os Estados Unidos empreendessem a invasão da ilha, e impulsar o processo revolucionário na América Latina. Em outras palavras, a única forma efetiva de manifestar solidariedade e apoiar a autodeterminação e defesa da soberania de Cuba consistia em promover e sustentar a revolução em toda o continente, atacando e abalando os pilares econômicos do imperialismo americano.

Juntamente com dirigentes do PCB, com o quais, não obstante as divergências teóricas, mantive muito bom entendimento, ao nível político e pessoal, fui um dos membros dos membros da Comissão Organizadora do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, realizado entre 28 e 30 de março de 1963, no Sindicato dos Operários Navais, em Niterói. Essa comissão lançou alguns livretos, entre os quais um, de minha autoria, intitulado **O Poder Operário em Cuba**, no qual reuni diversos artigos meus publicados

na imprensa. O primeiro, sob o título "Bolívia, Guatemala e Cuba", iniciei com uma frase que ouvi Che Guevara, como presidente do Banco de Cuba, dizer a Jânio Quadros, em 1960: "Cuba no será otra Guatemala". E expliquei que os líderes de Sierra Maestra haviam aprendido com experiência da Guatemala, cujo governo fora derrubado por mercenários contratados pela CIA (1954), e sabiam, como Rosa Luxemburg ensinou, que a revolução é como um trem: ou sobe a encosta de um só impulso ou volta para trás do seu ponto de partida, arrastando ao abismo os que tentarem detê-lo. Isto, salientei, significava, em outras palavras, que uma revolução não pode parar. (As revoluções na Bolívia e Guatemala analisei, documentadamente, no meu livro **De Martí a Fidel - A Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição revista e ampliada, 2009). Che Guevara - recordou Hector Bejar Rivera, do ELN peruano - certa vez disse que o objetivo da revolução na América Latina não podia ser outro senão o socialismo. E acrescentou: "O revolución socialista o caricatura de revolución". (Bejar Rivera, Hector. Peru 1965: Apuntes sobre una experiencia guerrillera". Havana: Casa das Américas, 1969, p. 162).

Durante as sessões do Congresso de Solidariedade, defendi, com Raúl Matheus, do PC do B, as duas diretrizes fundamentais que Che Guevara havia apontado, na conversa comigo em Havana (julho de 1962), como fundamentais para a solidariedade com Cuba: a deflagração da greve geral, no caso de intervenção militar, e o apoio à insurreição nos países da América Latina. Na sessão em que apresentamos, Raul Matheus e eu falamos e apresentamos as moções, com as recomendações da greve geral no continente, em caso de invasão de Cuba, e de apoio à luta armada empreendida na Venezuela pelas Fuerzas Armadas de Liberación Nacional (FALN), formadas pelos guerrilheiros do MIR e do Partido Comunista da Venezuela (PCV), fomos

aplaudidos e apoiados por Luís de la Puente Uceda, do MIR peruano. O representante do POR-trotskyista logo radicalizou, falando em greve-geral para a tomada do poder. Um dirigente do PCB (não recordo o nome) aproveitou-se da radicalização do POR e opôs-se às moções. Luís de la Puente Uceda pediu, por fim, a palavra e manifestou a estranheza com o fato de que os membros da comissão a todos aplaudissem. Então, Valério Konder, que presidia a comissão e era dirigente do PCB, manobrou, com a habilidade e a simpatia que o caracterizavam, e evitou que fossem elas votadas. Solicitou-nos, devido ao impasse, que as apresentássemos à Assembléia Geral. A ata foi manipulada.

Na Assembléia Geral, quando presentes, com seus uniformes, os guerrilheiros das FALN, que se haviam asilado no Brasil após sequestrarem, em 12 de fevereiro de 1963, o navio mercante venezuelano Anzoátegui, Raul Matheus, combinado comigo, tentou apresentar as moções, mas o presidente da sessão, se a memória não me falha, representante do Partido Comunista do México, não o permitiu, alegando, falsamente, que elas foram rejeitadas na comissão. Eu estava no palco, perto da mesa coordenadora dos trabalhos, e avancei, enfurecido, contra aquele homem, diante da platéia, porém Carlos Marighela, com quem tinha muito boas relações de amizade, segurou-me, puxou-me para trás da cortina e me disse: "Moniz, não se irrite. Sossegue. Deixo-o de lado. Essa gente é assim". Percebi que ele se inclinava para o nosso lado. Marighela, baiano como eu, fora quem, por volta de 1957 ou 1958, me levara, embora eu não fosse do PCB e tivesse fama de trotskista, a fim de estar pessoalmente com Luiz Carlos Prestes, ainda na clandestinidade, na residência do médico Alcedo Coutinho (1906-1994), casado com a escritora Jurema Finamour, e lá o entrevistei para o **Correio da Manhã**. Cumpri todos os compromissos e ganhei a confiança de Prestes, independente das divergências teóricas, e conservamos

relações de amizade até seu falecimento em 1990.

Luís de la Puente Uceda (1926-1965), após o Congresso de Solidariedade a Cuba, esteve diversas no Brasil e hospedava-se no Hotel Excelsior, em Copacabana. Algumas vezes jantou comigo no restaurante do **Diário de Notícias** e, homem muito brilhante, manifestou restrições à estratégia de estabelecer focos de guerrilhas em países onde não havia condições gerar um processo que levasse à queda do regime. Entretanto, em 1965, instalou um foco de guerrilha em Mesa Pela (Cuzco), escolhida por ser a *Sierra* a região mais povoada do país e grande fonte de abastecimento das cidades. E o objetivo consistia em deflagrar uma revolução nacional popular, antioligárquica e antiimperialista, a fim de estabelecer um governo democrático que assentasse as bases para a implantação do socialismo no Peru. Luís de la Puente e três colunas de guerrilheiros, porém, não conseguiram resistir às forças do Exército mais que alguns meses. Cercados na região de Amaybamba, Luís de la Puente e seus companheiros (cerca de oito), em outubro do mesmo ano, foram cercados e dizimados. Os soldados cortaram-lhe a cabeça, levaram-na como troféu e sepultaram seu corpo e dos demais companheiros em Choquellohuanca, província de La Convención. Somente em 2005, os repórteres David Marín e Jesús Cornejo, da revista **Caretas**, do Peru, localizaram a tumba.

Guillermo Lobatón, o outro companheiro de la Puente, que conheci em Havana, foi ao Brasil, em 1963, e hospedei-o algumas semanas, em um apartamento que eu possuía em Copacabana, na rua Djalma Ulrich, onde guardava parte de minha biblioteca e usava para escritório. Era um intelectual, com formação filosófica, homem muito inteligente. Algumas vezes almoçou na minha casa, no Leblom, e fez algumas anotações a lápis, para discutirmos, no livro **Imperialismo y Desarrollo Económico - La Argentina frente a**

nuevas relaciones de dependência, de Juan Carlos Esteban, que lhe emprestei. Segundo Hector Béjar, um dos sobreviventes ELN, Lobatón teve de internar-se na missão de Obenteni, uma região povoada por selvícolas e freqüentada por missionários católicos, e ali ocorreu o combate final, no qual pereceu. (Hector Bejar Rivera - "Peru 1965 - Apuntes sobre una experiencia guerrillera". Documentos in Suplemento de la edición nº 85 de **Punto Final** – Martes, 12 de agosto de 1969 - Santiago - Chile. Publicado como livro, com o mesmo título, pela Casa de las Américas. Havana, 1969).

Pedro Abella, do MOEC, também esteve comigo no Brasil, assim como militantes do MIR venezuelano, e alguns outros revolucionários, que passaram pelo Rio de Janeiro, a caminho de países da América do Sul, pernoitaram no meu apartamento da Djalma Ulrich. A crise econômica e a agitação social, entretanto, recresceram, em 1963, e Leonel Brizola criou a Frente da Mobilização Popular (FMP), da qual participei representante do deputado Sérgio Magalhães do que da POLOP, que pouca gente conhecia, fora do meio estudantil. E, na sua sede, conheci vários sargentos, entre os quais Manuel Soares, Araken Vaz Galvão, Amadeu Ferreira e muitos outros, cujos contactos passei para Erich Sachs e começamos a recrutá-los para a POLOP.

A POLOP começou a crescer em meio à radicalização que se aguçou, sobretudo na segunda metade de 1963. Tinha uma boa participação na UNE, fazendo o vice-presidente, na chapa eleita, mediante a aliança com a Ação Popular (cristã), costurada por Aluizio Leite Filho, desde 1960, bem como no DCE da UFMG e na UERJ

O grupo de Minas Gerais, oriundo da Mocidade Trabalhista, fortaleceu-se, pois tinha boa experiência na articulação estudantil e mobilização de massa, obtida nas campanhas eleitorais de 1960, quando lançou pelo PTB a candidatura de Fabricio Soares, considerado marxista, para prefeito

de Belo Horizonte, o que provocou a intervenção da direção nacional no diretório de Belo Horizonte. Seus militantes atuaram no Congresso Camponês, em 1961, e com a mudança de Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini para a Universidade de Brasília, a POLOP começou a desenvolver-se no Distrito Federal, cuja importância como centro político cada vez mais aumentava.

Em setembro de 1963, após o Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmar a inelegibilidade dos sargentos, prevista na Constituição de 1946, para os órgãos do Poder Legislativo, o sargento da Aeronáutica Antônio Prestes de Paula, um dos líderes do Clube dos Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e Auxiliares, com sede em Brasília, convocou mais de 600 camaradas para discutir formas contestação e a reunião culminou com um levante. De 11 para 12 de setembro de 1963, os militares graduados das três Armas ocuparam alguns pontos importantes do Distrito Federal, entre os quais o Ministério da Marinha, Guerra e Justiça, bem com a Rádio Nacional, porém as tropas do Exército, com tanques, reprimiram os rebeldes e, antes de meio-dia, retomaram a Área Alfa da Marinha, que ainda resistia. Só houve um morto e dois feridos.

O movimento careceu de qualquer coordenação política e surpreendeu tanto a mim quanto a Erich Sachs, no Rio de Janeiro, e, aparentemente, a direção do PC do B, conquanto, possivelmente alguns de seus militantes e da POLOP, em Brasília e Goiás, pudessem estar envolvidos. Theotônio dos Santos, que morava em Brasília como professor da UnB e tinha boa aproximação do movimento dos sargentos, nada soube, porém, da preparação do levante. Os agentes do SNI e dos serviços de inteligência das Forças Armadas, no entanto, ou muito pouco sabiam ou inventavam, no mais das vezes, as mais absurdas informações, como tenho verificado nos e documentos secretos

confidenciais, desclassificados e entregues ao Arquivo Nacional. Da Informação do Centro de Inteligência do Exército nº 1361, de 26 de maio de 1972, difundida para o SNI e outros órgãos, que Erich Sachs (Vicente, Ernesto Martins, Eurico Mendes), dirigente Partido Operário Comunista (POC) e ex-membro da POLOP, fora membro da Casa Civil do governo de João Goulart e participara da rebelião dos sargentos, duas das mais estúpidas mentiras. (AC ACE CNF 46284-71 - Arquivo Nacional). Erich Sach nunca trabalhou na Casa Civil da Presidência, não tinha o menor contacto com o governo e os meios políticos nem participou nem apoiou a rebelião dos sargentos.

Nós consideramos, particularmente, que se tratava de uma aventura, mas nos solidarizamos com suas reivindicações e, como advogado, prestei assistência ao sargento José Medeiros de Oliveira, do Corpo de Fuzileiros Navais, e um outro, da Aeronáutica, cujo nome não recordo. Mas, nos meses seguintes, algumas várias reuniões com sargentos da Vila Militar, visando a dissuadi-los. Um dos que se mostravam mais radicais, o sargento Guerra, era, na realidade, agente dos serviços secretos, conforme se revelou quando foi assassinado, anos depois, creio que em São Paulo. Sempre dele desconfiei e mais ainda quando apareceu em Montevidéu após o golpe de 1964. Maria Madalena Lacerda de Azevedo, secretária de Paulo Schilling, assessor de Brizola e responsável pela FMP no Rio de Janeiro, era agente do CIE (Centro de Inteligência do Exército), provavelmente, da CIA, e mantinha relacionamento com Antônio Prestes de Paula, o líder da revolta dos sargentos em Brasília. Sua função de "cachorrinho" foi descoberta - e ela o confirmou - após o desaparecimento do sargento Onofre Pinto, dirigente da VPR, e mais quatro pessoas a caminho do Brasil, depois de sair de Buenos Aires, em 11 de julho de 1974. Madalena apareceu em Montevidéu, quando lá eu estava asilado, depois, em 1974, ela me procurou na Escola de Sociologia e Política,

em São Paulo, onde após sair da prisão, eu passara a lecionar, porém a evitei e ainda a vi em Lisboa, em 1977. (Vide detalhes in Moniz Bandeira, Luiz Alberto - **O Governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil - 1961-1964**, 8a. edição revista e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 247). Jamais confiei em Madalena e tenho dúvida sobre o papel do sargento Prestes de Paula. Apesar de serem justas reivindicações, a revolta dos sargentos e o motim dos marinheiros, rompendo os laços de disciplina, de comando e hierarquia, fundamentais nas Forças Armadas, constituíram episódios programados, como necessários para cooptar a maioria da oficialidade legalista e obter seu apoio golpe de Estado.

Havia vasta infiltração da CIA, em todas as organizações, e os dirigentes de esquerda, na maioria, não perceberam que havia um processo de radicalização artificialmente induzido além das reais contradições sociais e políticas. Uma vez que desde o suicídio de Getúlio Vargas, em 1964, eu acompanhava, atentamente, os acontecimentos políticos e as relações do Brasil com os Estados Unidos, não tinha dúvida de que outra tentativa de golpe de Estado ocorreria, como em 1961. O golpe militar de 1964 não constituiu surpresa para mim. A ameaça estava latente desde que Jânio Quadros renunciara e os ministros militares fracassaram, ao tentarem impedir a investidura de João Goulart na presidência da República. Parecia-me claro que a profunda crise econômica, social e política, pela qual o Brasil atravessava, tendia chegar ao ponto em que as classes dominantes, em que os executivos estrangeiros, sobretudo americanos, passaram a predominar, não mais poderiam manter o antigo *statu quo*. Precisavam e queriam um governo de força, com as mãos livres e desembaraçadas das peias da legalidade, de modo que pudessem remodelar o arcabouço constitucional e adaptar às suas necessidades a máquina do Estado.

No livro **O Caminho da Revolução Brasileira**, publicado no primeiro semestre de 1963, aludi ao golpe de estado que derrubara o presidente Arturo Frondizi (março de 1962), na Argentina, e adverti que, no Brasil, “as classes dominantes, como na Argentina, darão o primeiro tiro”, porquanto, para elas já se tornava, “cada vez mais, insustentável essa legalidade, o atual regime, uma vez que não conseguem resolver os seus problemas”, porém, “às massas operárias e camponesas caberá o segundo. E não podem errar” (Moniz Bandeira, Luiz Alberto. **O Caminho da Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Melson, 1962, p. 165).

Tomei como base a observação de Friedrich Engels, no prefácio à obra de Karl Marx - *Klassenkämpfe in Frankreich 1848 bis 1850* – segundo o qual os “partidos da ordem” (*Ordnungsparteien*), exclamando, desesperados, com Odilon Barrot, que *la légalité nous tue* (a legalidade nos mata), “não terão outro caminho senão romper eles mesmos esta legalidade tão fatal para eles” (Engels, Friedrich - “Einleitung zu Karl Marx’ *Klassenkämpfe in Frankreich 1848 bis 1850*” – 1895, in Marx & Engels, *Werke*, Band 22, p. 525). E, diante de tal perspectiva, entendia que cabia às forças de vanguarda, à esquerda, preparar a insurreição, não para derrubar o governo de João Goulart, mas dar o “segundo tiro”, para enfrentar o golpe de Estado e tomar o poder. O modelo, que teoricamente me inspirou, foi o levante que Trotsky, de conformidade com Lenin, promoveu, deflagrando a Revolução de Outubro, na Rússia, a pretexto de combater as forças contra-revolucionárias do general Lavr Kornilov, comandante do Exército russo, quando ele tentou dar o golpe de Estado e derrubar o Governo Provisório do social-revolucionário Aleksandr Kérenski, em setembro de 1917. Sob a capa da defensiva os Guardas Vermelhos, da facção bolchevique do Partido Operário Social-Democrata, passaram à ofensiva e assaltaram o poder Petrogrado, então capital da Rússia. Porém, no Brasil, nenhuma organização de esquerda, muito menos a

POLOP, possuía qualquer força, por menor que fosse, capaz de sustar o golpe militar, se as próprias Forças Armadas não se dividissem.

Sempre fui bem informado e até mesmo soube, àquela época, que o então coronel Vernon Walters, Adido Militar na Embaixada dos EUA, estava a conspirar com a oposição ao Governo João Goulart, fato este que revelei através das “Notas Políticas” do **Diário de Notícias**, bem como a estranheza do Itamaraty diante da contínua solicitação pelo embaixador Lincoln Gordon de vistos oficiais, sob vários pretextos, para centenas de cidadãos norte-americanos, que se dirigiam, sobretudo, ao Nordeste. Quase 5.000 entraram no Brasil, entre 1961 e 1963. Eram decerto Green Berets, do *Special Forces/Counterinsurgency* (CI), que lá penetraram para respaldar as forças anti-Goulart, caso ocorresse a guerra civil, prevista por Washington.

Em princípios de outubro de 1963, o governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, declarou ao **Los Angeles Times** que o governo de Goulart poderia cair antes do fim do ano e que os militares estavam a discutir se seria “melhor tutela-lo, patrocina-lo, coloca-lo sob controle até o término do seu mandato ou destruí-lo agora mesmo”. Os ministros militares (general Jair Dantas Ribeiro, almirante Sílvio Mota e brigadeiro Anísio Botelho) consideraram a entrevista injuriosa às Forças Armadas, um insulto ao país. Indignados, quiseram a decretação do estado de sítio, para que pudessem legalmente destituir Carlos Lacerda, processá-lo e julgá-lo.

À noite do dia 3, Leonel Brizola, convidado por Goulart, foi Palácio das Laranjeiras e solidarizou-se, em princípio, com a sua decisão de tomar uma iniciativa de força, que ele imaginou fosse a de dar um golpe de Estado, antes que a direita o fizesse, como várias vezes o aconselhara, mas ressaltou que sua posição definitiva dependia de consulta ao PTB do Rio Grande do Sul e aos integrantes da FMP. Na manhã do dia 4, por

volta das 8hs, Paulo Schilling telefonou-me e, anunciando que "a procissão está nas ruas", convocou-me para uma reunião de emergência, no apartamento do deputado Hugo Ramos (1914-1993), bem como os demais membros da FMP, líderes sindicais e de outras organizações de massa.

Brizola enfrentou uma situação difícil. Havia muita desconfiança, dentro da esquerda, contra o pedido de estado de sítio, do qual só chegou ao nosso conhecimento, em torno das 9hs. Quase todos os integrantes da FMP, entre os quais os dirigentes do CGT e do PUA, temiam que a suspensão das liberdades públicas visasse a reprimir as greves e o movimento de massas. A paralisação dos bancários havia várias semanas que perdurava e os banqueiros ameaçavam com o *lock-out*. Miguel Arraes (1916 -2005), por sua vez, temia igualmente ser derrubado do governo de Pernambuco como contraponto da prisão de Lacerda, e desde Recife instigava a desconfiança em Goulart

Até o meio-dia, de 4 de outubro, nada ocorreu. E não ocorreria. O coronel Francisco Boaventura Cavalcanti, incumbido de comandar a operação para prender Carlos Lacerda, entendeu que a ordem era ilegal e o avisou para que fugisse. Os ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica, virtualmente, haviam perdido o controle sobre os escalões inferiores das três Armas, contaminados pelas operações de guerra psicológica, que visavam a criar o clima para o golpe de Estado. À tarde, em Brasília, Theotônio dos Santos participou da reunião da Frente de Mobilização Popular, em representação da POLOP, bem como da comissão que redigiu o documento, sob forte pressão do governador Miguel Arraes, opondo-se ao estabelecimento do estado de sítio. E o Congresso, à noite, rejeitou o requerimento do presidente João Goulart, deixando-o sem instrumento legal para tentar, se possível, abortar a conjuração. Até os deputados do Grupo Compacto votaram contra, alinhados com a oposição.

Três dias depois, sob a liderança de Ênio Silveira, proprietário da Editora Civilização Brasileira e membro do PCB, ocorreu a criação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), da qual participei juntamente com Nelson Werneck Sodré, Osny Duarte Pereira, Alex Viany, Oscar Niemeyer, Moacir Felix, Álvaro Vieira Pinto, Jorge Amado e dezenas de outros escritores e artistas. A perspectiva do golpe militar tornava-se cada vez mais próxima e perceptível. Ao longo dos meses de janeiro e fevereiro até fins de março de 1964 a turbulência social e política recresceu. No início do ano, Brizola, a meu pedido, solicitou à Gráfica Americana que imprimisse **Política Operária**, como semanário, a preço de custo. Erich Sachs, nas declarações prestadas ao DOPS, em 1969, refere-se à transformação da revista em semanário, impresso na Gráfica Americana, a partir de janeiro de 1964, mas evitou comprometer meu nome e o apoio de Brizola, e informou que a tiragem era de 5.000 a 10.000 exemplares, distribuídos "comercialmente por uma firma local e o dinheiro recolhido dá para cobrir parte das despesas de impressão". (Averiguações – DOPS – S.O. – S.B. – Termo de declarações que presta Érico Czaczkes Sachs, fls. 31. DOPS – 116 - APERJ.)

Leonel Brizola, eleito deputado federal pelo PTB do Rio de Janeiro, em 1962, lançou então uma proclamação para que os nacionalistas e militantes de esquerda formassem "grupos de onze", uma espécie de comandos, para resistir ao golpe da direita. Porém, nem as pessoas que se agrupavam, formando tais comandos, nem os dirigentes sabiam o que fazer. O deputado José Neiva Moreira, secretário da Frente Parlamentar Nacionalista e muito ligado a Brizola, apesar de pertencer ao Partido Social Popular, do governador Ademar de Barros, de São Paulo, perguntou-me, certa vez, "que fazer com esses grupos", enquanto caminhávamos pela rua São José, rumo ao Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro. Não havia tática nem estratégia e ninguém, na

esquerda, dispunha de armamentos com que pudessem enfrentar efetivamente as Forças Armadas.

Todos nós da direção nacional da POLOP já nos preparávamos, no Rio de Janeiro, para a clandestinidade, quando o golpe de Estado se consumasse, o que nos parecia inevitável. A atmosfera estava terrivelmente pesada. Erich Sachs e outros companheiros buscavam locais de segurança para a eventualidade de que tivéssemos de nos esconder. E minhas atividades, devido às conexões políticas e ao meu trabalho no **Diário de Notícias**, foram tão intensas que nem posso recordá-las com nitidez. Há nuvens que, na memória, encobrem as lembranças.

Comecei a escrever alguns textos publicados no jornal **Política Operária**, como artigos, sobre "A arte da insurreição", tema que sempre estudei. Minha intenção era compor um pequeno livro. Creio que cheguei a concluir quatro capítulos, porém não saíram mais de dois ou três, no jornal **Política Operária**, pois logo ocorreu o golpe militar. À mesma época, Antônio de Sousa Sobrinho, proprietário da Editora Melso, comprou a tradicional Gráfica Editora Laemmert. Solicitei a um companheiro, não recordo quem, que traduzisse de Trotsky um livreto em francês - **Problèmes de la Guerre Civile** – editado pela Librairie du Travail em 1926, com as conferências que ele fizera, em 1924, na Sociedade de Ciências Militares de Moscou. Esse livreto eu recebera, alguns anos passados, de Astrogildo Pereira, fundador e dirigente do PCB. Encontramo-nos na Livraria São José, famoso antiquário do Rio de Janeiro, e ele o viu, comprou-me e deu-me como presente. Sabia de minhas simpatias por Trotsky e até me contou certa vez que conhecera com Ho Chi Minh, em Moscou, o que também eu havia ouvido de Rodolfo Coutinho, igualmente fundador do PCB e, depois, dissidente, da LCI (trotskista), em 1931. Com a tradução pronta, consegui que Brizola financiasse a publicação pela Editora Laemmert,

comprando antecipadamente os exemplares, para distribuição entre os militares. Porém, quando o livreto foi impresso e os exemplares levados para a sede da Frente de Mobilização Popular, poucos foram distribuídos. Toda a edição foi apreendida no dia 1º de abril.

Na semana anterior ao golpe, Carlos Marighella telefonou, de manhã, para minha casa e pediu-me para dar assistência ao líder sindical José Marcano, dirigente da Central de Trabajadores de Venezuela (CTV). Não lembro sequer se pude falar com Marcano e fazer alguma. Os acontecimentos afoitaram-se com a rebelião dos marinheiros. Apenas recordo que, na sexta-feira, 27 de março, assisti a passeata que fizeram, na Av. Presidente Vargas, quando libertados, após o término do motim, e acompanhei-a até a Igreja da Candelária, onde eles carregaram o Almirante Cândido Aragão, do Corpo de Fuzileiros Navais, aclamando-o como "o Almirante do povo".

Sábado fui ao sítio, que possuía na velha estrada Rio-São Paulo, município de Rio Claro (RJ), onde passei o fim de semana, e, ao regressar, segunda-feira, recebi, por volta de 8hs da manhã, um telefonema de Carlos Meirelles, presidente do Conselho Nacional de Petróleo, de quem eu era particular amigo e confidente. Avisou-me que mandaria um carro buscar-me, urgentemente, e quando cheguei, ele me contou-me haver recebido um telefonema do presidente do Sindicato dos Revendedores de Combustível (posto de serviços) de Belo Horizonte, informando que a distribuição de gasolina àqueles postos deixara de ser feita, durante a noite e pela manhã, e, no curso do dia a cidade estaria sem condições de abastecimento. O governador de Minas Gerais, José Magalhães Pinto, da UDN, assumira o controle de todos os estoques existentes no Estado. Não tivemos dúvida de que o golpe de Estado seria deflagrado e Minas Gerais armazenava combustível para a guerra civil. Entrementes, averiguamos que o estoque de gasolina lá existente somente daria para

uma semana e lhe sugeri que determinasse a imediata suspensão de qualquer remessa para aquele Estado, mesmo sem consultar o ministro das Minas e Energia e o próprio presidente Goulart, que - sempre eu soube - gostava de que o responsável, se fosse urgente e necessário, tomasse a iniciativa que lhe cabia, como seu dever, antes mesmo de lhe falar. E a ordem logo foi dada.

Carlos Meirelles dirigiu-se então para o Ministério da Guerra, a fim de colocar as autoridades militares a par dos acontecimentos. E, à noite, fui ao Automóvel Clube, onde a diretoria da Associação dos Sargentos tomava posse. José Carlos Brandão Monteiro, dirigente do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) e dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), da Faculdade de Direito, que estava comigo, comentou, enquanto assistíamos ao discurso de Goulart: “Vê, Moniz, a cara de Jango é de quem sabe que já está deposto”.

Desde então deixei de ir à redação do **Diário de Notícias**, a editoria das "Notas Políticas" ficou a cargo do jornalista José Wamberto, e de 31 de março às 16 horas de 1º de abril de 1964, passei no gabinete do tenente-coronel Dagoberto Rodrigues, diretor-geral do Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), no Paço Imperial, Praça XV, no Rio de Janeiro. Ele era meu amigo, estava conectado diretamente com Brizola, em Porto Alegre, e, com o controle das comunicações de todo o país, tentava organizar a resistência. Ali, com ele, estavam Paulo Schilling e dirigentes sindicais e de diversas entidades que formavam a Frente de Mobilização Popular. A guerra de informações e contra-informações era intensa. Ninguém sabia, na

realidade, o que estava a ocorrer. Algumas notícias animavam-nos. Soube-se que as tropas legalistas, sob o comando do coronel Donato Ferreira, haviam atacado as forças do general Olímpio Mourão Filho, que deflagrara o golpe em Minas Gerais e avançava para o Rio de Janeiro. Era falsa a notícia. E o fato foi que, pouco antes das 16hs, o general Osvino Ferreira Alves (1897-1981), comandante do I Exército, telefonou para o coronel Dagoberto Rodrigues e recomendou que abandonássemos, imediatamente, a sede do DCT. O governo havia caído. O golpe militar estava consumado.

Dagoberto Rodrigues, Paulo Schilling, eu, o deputado Max da Costa Santos, José Serra, então presidente da UNE, e outros tomamos alguns carros e nos dirigimos para base aérea, junto ao Aeroporto Santos Dumont, a fim de conseguir um avião da Força Aérea Brasileira para nos levar a Porto Alegre, onde nos juntaríamos a Brizola e às forças da resistência, que imaginávamos existir. No entanto, o brigadeiro Francisco Teixeira, comandante da III Zona Aérea, com quem Dagoberto Rodrigues conversou, declarou que não a havia a menor possibilidade de fazer algo, sem ordem superior. Não havia haviaaparelho para nos transportar até o Rio Grande do Sul. Dispersamo-nos então. Não recordo sequer onde fui dormir. Há um branco na minha cabeça. Não fui nem a meu apartamento nem ao que possuía na Djalma Ulrich, onde estava parte da minha biblioteca. Imagino que dormi na residência de uma família amiga, na Tijuca, e fui, no dia seguinte, para o apartamento de minha tia Norma Moniz de Aragão, em Copacabana.



* **LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA** é Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, Professor Titular de

História da Política Exterior na Universidade de Brasília (aposentado) e Doutor Honoris Causa pelas Faculdades Integradas do Brasil-UniBrasil (2006) e pela Universidade Federal da Bahia (2009); autor de várias obras.